



Anais da Assembléia

Nº 14

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 30 DE MARÇO DE 1989.

ANO XV

3.^a **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA**
ATA DA 012.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1.989
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Paulo Furiatti e João Arruda.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Amibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Vera Agübert (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Homero Oguido, Namir Piacentini e Valderi Mendes Vilela (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OF. 057/89-L.PMDB

Curitiba, 28 de março de 1989.
 Senhor Presidente.

A Liderança da Bancada do PMDB, vem pelo presente, indicar os Deputados abaixo relacionados, para comporem a Comissão Especial de Investigação (C.E.I.) do BADEP:

Deputado Paulo Furiatti

Deputado Acyr Mezzadri

Deputado Germote Kirinus

Deputado Lauro Lobo Alcantara.

Sem mais para o momento, renovamos a Vossa Excelência, nossos protestos de apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Líder do PMDB.

OF.nº 037/89 GLPFL

Curitiba, 30 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Cumprimentando-o, tenho a honra de indicar o Excelentíssimo Deputado Leônidas Chaves, como representante da Bancada do Partido da Frente Liberal na Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará as irregularidades ocorridas no BADEP.

Aproveito a oportunidade para renovar meus votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

Líder do PFL.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 349

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 56/89.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 56/89, oriundo de emenda apresentada pelo Deputado supra citado, concede reajustes ao funcionalismo público estadual nos mesmos moldes concedidos aos Juizes e Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Diante da defasagem que assola o funcionalismo, entendemos nós que este projeto deva ser apreciado o mais rápido possível.

REQUERIMENTO Nº 331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação, em REGIME DE URGÊNCIA, dos Projetos de Lei

n.ºs 31/89, 32/89, 33/89, 39/89 e 54/89 de sua autoria, tendo em vista a importância do contido nos respectivos projetos de lei.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados; em decorrência de acúmulo de projetos apresentados nesta 11.ª Legislatura pelos demais nobres Pares desta Augusta Casa de Leis e tendo em vista a relevância das matérias pertinentes aos projetos de lei supra mencionados, solicitamos o especial obséquio de Vossas Excelências, para a votação da matéria em questão. EM REGIME DE URGÊNCIA.

REQUERIMENTO N.º 357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 13/89, oriundo da Mensagem Governamental n.º 11/89; Projeto de Lei n.º 11/89, oriundo da Mensagem Governamental n.º 08/89; e, Projeto de Lei n.º 12/89, oriundo da Mensagem Governamental n.º 9/89.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N.º 352

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, de acordo com o disposto pelo Art. 100 do Regimento Interno, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 35/89, de autoria do Poder Executivo, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO N.º 367

Senhor Presidente.

Regimentalmente, REQUEIRO votação nominal para o Projeto de Lei n.º 59/89, nesta sessão, na verificação de votação.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N.º 360

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja marcado o próximo dia 27 de abril, Sessão Solene para entrega do Título de Cidadão Honorário ao Doutor Mathias Leh.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO N.º 327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Doutor João de Souza Ferreira, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 83 anos, faleceu nesta Capital o Professor Doutor João de Souza Ferreira.

Professor, advogado, ex-Presidente e Conselheiro nato da ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná.

O passamento do professor João de Souza Ferreira, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Souza Ferreira, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N.º 359

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Augusta Casa de Leis, um voto de profundo pesar pela perda irreparável da Senhora ANTONIA PORTUGAL GUIMARÃES, aos 76 anos, mãe do Excelentíssimo Senhor Doutor Afonso Portugal Guimarães, Digníssimo Prefeito Municipal de Campo Largo e do Senhor Nelson Portugal Guimarães, ocorrida no dia 22 de março último.

Requer, ainda, que do mesmo seja dada ciência aos ilustres Senhores.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Antonia Portugal Guimarães, nascida em 13.06.1914, natural de Campo Largo/Pr, viúva, mãe de dois filhos e avó

de 7 netos, durante toda sua vida foi sempre uma cidadã muito humana e religiosa, sempre foi muito caritativa e ajudava quem a procurava, nunca fez distinção no trato para com pessoas, independente de serem ricos ou pobres, era sempre amável, sorridente e solícita para com todos. Trabalhou muitos anos no Cartório de Registro Civil de Campo Largo. Na intimidade era carinhosamente conhecida e chamada por "Rica". Foi uma boa mãe não só para seus filhos, mas principalmente para todos os campolarguenses, acima de tudo foi um ser humano que defendeu sempre o direito à cidadania e que merece todo o nosso mais elevado respeito.

REQUERIMENTO N° 328

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações ao Município de Curitiba, pela passagem dos 296 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Doutor JAIME LERNER, e todos os Vereadores de Curitiba como expressão, do Poder Legislativo, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O aniversário de Curitiba é motivo de júbilo natural para toda a população, porque esta é uma cidade de características completamente diferentes das demais capitais do Brasil. E isso é o fruto do trabalho de sua gente.

Poucas cidades constituídas de etnias tão variadas e formadas por brasileiros de praticamente todas as regiões, consegue conquistar inteiramente seus "filhos adotivos" e ser, em seus corações, a terra de cada um.

Não será exagero dizer que temos numa só cidade o espelho, a miniatura do mundo todo, com sua grandeza, com seu progresso, com sua tecnologia, com avanços, com culturas diversas e ao mesmo tempo com os problemas e dificuldades que são inerentes a qualquer sociedade.

Os problemas são o ponto que une a todos nós que aqui vivemos, curitibanos legítimos ou não. São eles que nos impulsionam. E as grandes conquistas, o progresso e os avanços nos mostram que é com trabalho e dedicação que se forja uma grande e admirada cidade, que se melhoram as condições de vida da população.

Curitiba, chega aos 296 anos com um estilo moderno de ser, mas sem perder suas raízes e sem perder o seu passado e sua

história.

Nesta data tão significativa, todo o povo de Curitiba é credor de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que a Capital paranaense entrará no novo milênio, já tricentenária, com a mesma garra e a mesma puxança, sendo exemplo para o país, cópia e modelo para as demais cidades brasileiras.

REQUERIMENTO N° 329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo Senhor Doutor REINALDO TAVARES, Ministro dos Transportes pela decisão da duplicação imediata da Rodovia Regis Bittencourt (BR-116), especialmente entre o trecho Curitiba-São Paulo. Aproveita também da oportunidade para encarecer ao Senhor Ministro, seja reativada com urgência a duplicação da BR-376 trecho Curitiba-Garua, divisa com Santa Catarina, estrada conhecida como Rodovia da Morte.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Ministro Reinaldo Tavares, bem como a todos os Parlamentares da Bancada Paranaense no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Mais de 17 mil veículos dos quais 70% circulam diariamente pela rodovia Regis Bittencourt (BR-116), especialmente entre o trecho Curitiba a São Paulo.

Nos últimos dois anos foram registrados mais de 8 mil acidentes, número que está em constante elevação.

Estes dados são uma pequena mostra, que por si só justifica a duplicação desta estrada, que é a principal ligação rodoviária do sul com o resto do país.

Hoje, estamos recebendo com bastante otimismo a decisão do Senhor Ministro, determinando a duplicação que esperamos seja executada com bastante rapidez.

Por outro lado, achamos oportuno solicitar seja incluído no plano rodoviário como prioritário, o prosseguimento, em ritmo de urgência, da duplicação da BR-376, entre Curitiba e Garua, divisa com Santa Catarina, eliminando para o sistema viário do país um de seus piores gargalos, representado pela tristemente célebre Rodovia da Morte.

A manifestação desta Casa se impõe, principalmente pelo que representam para a economia do país as Rodovias BR-116 e 376.

REQUERIMENTO N° 351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, aprovação de moção de apoio à Câmara de Vereadores de Curitiba, pela extinção do FUMPLEC (Fundo de Previdência do Legislador Curitibano), em votação ocorrida na Câmara de Vereadores, e, Requer, seja dada ciência do presente, àquela Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

A luta pela moralização do Poder Legislativo, ganhou novo ânimo nesta semana ao ser aprovado na Câmara de Vereadores de Curitiba, um projeto de lei que extingue o Fundo de Previdência dos Parlamentares Municipais.

A decisão tomada pelos Edis Curitibanos merece o apoio de toda a sociedade, pois na atual situação em que passa o País, é inadmissível que alguns tenham tantos privilégios, enquanto a população passe por tantas dificuldades, razão pela qual estamos propondo esta moção de apoio à Câmara de Curitiba.

REQUERIMENTO N° 355

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 5°, § 3°, das Disposições Constitucionais Transitórias, vem pelo presente requerer da Douta Mesa da Assembleia Legislativa do Paraná, licença para afastamento de suas atividades parlamentares, para que possa atender o compromisso legal de Vice-Prefeito eleito em Curitiba, assumindo a Chefia do Poder Executivo Municipal, em decorrência do afastamento, no período compreendido entre 03 e 17 de abril, do Prefeito Jaime Lerner, o qual, conforme comprovante fornecido pela Câmara Municipal de Curitiba, em anexo, está legalmente autorizado a ausentar-se do País no período mencionado.

Sala das Sessões, em 30.03.89

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 356

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e de acordo com o Art. 35 do Regimento Interno, a constituição da Assembleia em Comissão Geral, com a finalidade de apreciar os Projetos de Lei de n°. 11/89, 12/89 e 13/89, oriundos do Poder Executivo, na sessão plenária do dia 03.04.89, às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 330

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, solicitando a pavimentação asfáltica, no trecho compreendido entre Vila Bonita à Sede Gavião, Município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, está embasado em requerimento do Excelentíssimo Senhor Vereador Oradi Caldato, aprovado pela Colenda Câmara Municipal de Pato Branco, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada Vila Bonita à Sede Gavião, Município de Pato Branco, cuja necessidade é manifestada pelos seguintes fatores:

- região eminentemente agrícola com 5.000 hectares de área plantada.
- uma produção prevista de 200 mil sacas de produtos agrícolas em grão.
- uma população de mais de 5.000 habitantes e 900 eleitores.
- o pedido em tela é objeto de antiga reivindicação da região.

REQUERIMENTO N° 334

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares da Silva, solicitação de serem instalados postos de saúde nas localidades conhecidas como Bairro São Tomé e do Bairro do Moringa, Município de Atônia.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Considerando a acentuada população desses bairros, a distância que os separam da Sede Municipal, além do fato de ser a saúde uma das metas prioritárias do Poder Público.

Segundo sugestão do Vereador Francisco Lote de Carvalho, que a população dos Bairros vive enfrentando várias dificuldades para se deslocarem até os hospitais, e a carístia das consultas, é que solicito que sejam tomadas as providências necessárias para a criação e instalação de postos de saúde nesses dois bairros.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 335

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Diretor da FAE - Fundação de Assistência ao Educando, solicitação no sentido de que seja revisada a decisão tomada em cortar a distribuição da merenda escolar às escolas estaduais.

Tal decisão iria acarretar em muitos problemas aos estudantes que, em sua maioria, alimentam-se apenas com as refeições servidas nas escolas, por suas baixas condições de vida.

Por este motivo, a Vereadora Zilda Vicente Pereira, vem sugerir à FAE que novos estudos sejam feitos em relação ao corte na distribuição de alimentos às escolas.

Por ser de grande importância o solicitado, trago a este Plenário o que proponho à apreciação dos nobres Pares desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 336

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Didio Costa Rocha Loures, Mui Digno Presidente da SANEPAR, solicitação no sentido da construção da rede de captação de esgotos na cidade de Iporã.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando ser Iporã um Município de porte médio de elevada densidade populacional, mas com urgentes necessidades de uma rede de captação de esgotos, é que a Vereadora Zilda Vicente Pereira, sugere junto à SANEPAR, estudos sobre tal implantação, visto que é de grande importância para a população local a resolução de problemas que, por estes motivos, vêm surgindo.

Trata-se de uma situação crítica ao local, uma vez que há o perigo de fossas abertas e principalmente a poluição às águas de poços e pequenos cursos d'água chegando a causar doenças aos moradores da região.

Por ser de importância ímpar o solicitado, é que trago à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis o mesmo.

REQUERIMENTO N° 337

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das

atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Diretor do DNER, Senhor Toyoshi Sakai, que seja construído obstáculos, quebra-molas, tartarugas, no trecho da Rodovia PR-323, sita no perímetro Urbano do Distrito de Guaiporã, resolvendo assim, o problema dos moradores do local e da região, que vivem em permanente estado de tensão.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação é sugerida pelo Senhor Vereador Moyses Mendes Sanches, que preocupado com a segurança da população da Região, que cruzam constantemente a Rodovia, entre as mesmas, crianças que cursam o 1º grau, que diariamente estão correndo o risco de serem atropeladas, obrigando-se a verdadeiros atos de malabarismos para evitarem acidentes.

Atendendo-se a justo e antigo reclamo da população local, que vive em permanente estado de tensão, em razão dos sérios riscos a que estão submetidos seus filhos.

Por ser de ímpar importância o solicitado, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 338

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Jesus Sarrão, Mui Digno Diretor do DETRAN, solicitação de instituição de exames psicotécnicos do Município de Iporã.

Considerando constituir-se o referido Município em centro de vasta região, sendo ainda um Município que apresenta elevado número de veículos automotores, com sensível e constante ingresso de novos condutores, é que solicito o estudo na possibilidade de vir a instituir-se em Iporã, exames psicotécnicos necessários à habilitação de novos motoristas.

Segundo o Vereador Dorival Passarella, há que se considerar ainda, o benefício que trará aos interessados, dispensando-os do encargo de terem de se locomover até a cidade de Umuarama, distante cerca de cinquenta quilômetros de sua sede.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO N° 339

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor FERNANDO XAVIER FERREIRA, Mui Digno Diretor-Presidente da TELEPAR, no sentido de se estudar a viabilidade de incorporar o Distrito de Guaiporã, Município de Iporã, no sistema de Discagem Direta à Distância- DDD, beneficiando a população do referido Distrito.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A incorporação do referido Distrito no sistema de Discagem Direta à Distância- DDD, trará um grande benefício à população daquela região, visto que, trata-se de um local de grande comércio e contingente populacional cada vez maior. Segundo sugestão do Vereador Moyses Mendes Sanches, além dos benefícios alcançados à população, também beneficiaria-se a Companhia pelos acréscimos em seu faturamento.

Por ser de importância ímpar o solicitado, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO DE N° 340

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor DELSO JOSÉ TRENTIN, Mui Digno Superintendente da FUNDEPAR, solicitação de fornecimento de materiais esportivos para o Colégio Tiradentes- Ensino de 1° e 2° Graus, no Distrito de Cafetal, Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Segundo o Vereador Antonio Vicente do Carmo, há que se considerar que o Colégio Estadual Tiradentes- Ensino de 1° e 2° graus, não dispõe de material esportivo necessário para a prática de esportes e seu aprimoramento físico. Desta forma, é solicitado o fornecimento de bolas de Basquete, Futebol de Salão, Vôlei, Handebol, Futebol de Campo, bem como redes de vôlei, basquete e futebol de salão.

Por ser de importância ímpar o solicitado, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 341

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor FERNANDO XAVIER FERREIRA, Mui Digno Diretor-Presidente da TELEPAR, no sentido de se estudar a viabilidade de incorporar o Distrito de Nilza, Município de Iporã, no sistema de Discagem Direta à Distância- DDD, beneficiando a população do referido Distrito.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Discagem Direta à Distância- DDD, trará um grande benefício à população daquela região, visto que se trata de um local de grande comércio e contingente populacional cada vez maior.

Segundo sugestão do Vereador do Município, Senhor Dorival Passarella, além dos benefícios alcançados à população, também beneficiaria-se a Companhia pelos acréscimos em seu faturamento.

Por ser de importância ímpar o solicitado, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 342

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Diretor do D.N.E.R., Senhor Toyoshi Sakai, no sentido da construção na lateral da Rodovia BR-272, após o acostamento, de uma via destinada aos veículos de tração animal, resolvendo assim, um antigo problema que aflige os agricultores locais.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação é sugerida pelo Vereador Aristides Antônio de Campos, que pertence a região, convive com as dificuldades encontradas no Município de Iporã.

A utilização do acostamento pelos veículos de tração animal, dificultam e tornam perigoso o trajeto efetuado dos agricultores à sede do Município.

Por este motivo e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 343

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Presidente da COHAPAR, solicitação visando a implantação do Distrito de Nilza, Município de Iporã, no Projeto Mutirão, no sentido da construção de no mínimo 40 (quarenta) casas.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Considerando a necessidade premente de residências no Distrito de Nilza, para atendimento à população de baixa renda que não dispõe de recursos e meios para o pagamento de sua casa própria, é que o Vereador do Município de Iporã, Senhor Joaquim Alves Filho sugere tal implantação, solucionando assim, o problema vigente da região.

Por ser de importância ímpar o solicitado, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 344

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Alvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado, solicitação objetivando a pavimentação asfáltica em pista dupla, palco de constantes acidentes, com vítimas na maioria fatais, ceifando vidas de famílias inteiras com as tragédias que ocorrem.

O referido fato vem se constituindo em grande preocupação e temor aos usuários que por ela trafegam, tendo em vista o aumento de perigo dia-a-dia pelo seu intenso tráfego.

Por esse motivo e por considerar de ímpar importância o solicitado, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 345

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado expediente ao Presidente da COHAPAR, Senhor Odeni Villaca Mongruel, solicitação visando a construção de "Núcleo Habitacional" para a polícia militar da 2ª Companhia do 7º Batalhão Policial de Umuarama, cujas residências se destinarão somente àqueles que ainda não possuem casa própria.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O referido Núcleo Habitacional destina-se ao uso coletivo dos militares, que por suas necessidades, objetivam conseguir residências próprias, as quais deveriam ser edificadas através do programa com baixo custo, proporcionando-lhes desta forma condições de pagamento, considerando-se que os mesmos percebem baixo salário.

Por ser de ímpar importância o solicitado, é que trago à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 346

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Alvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado, solicitação visando a viabilidade de estudos para se construir núcleos habitacionais rurais, para os pequenos proprietários do Município de Umuarama, os quais não possuem condições financeiras para essa finalidade.

Tal iniciativa, irá evitar a evasão rural efetivando e dando apoio ao homem do campo, pelo menos com residências condignas para sua moradia.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 347

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e Comércio, Doutor Roberto Cardoso Alves, solicitação visando a criação de uma Zona de Processamento de Exportação no Município de Paranaguá, no Paraná.

Sala das Sessões em 30.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A criação da Zona de Processamento de Exportação reveste-se de grande importância ao Município de Paranaguá pela possibilidade na criação de divisas e aumento na possibilidade de expansão comercial.

Há que se considerar ainda, que o Porto de Paranaguá é um dos mais importantes centros de exportações do País, gerando

grande número de empregos e desenvolvendo a cada dia mais a economia nacional.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, é que trago à apreciação dos nobres Pares tal proposição.

REQUERIMENTO N° 350

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Alvaro Dias, solicitando informações sobre a Posição Oficial do Governo Paranaense com relação às eleições no Paraguai, haja vista a divulgação ocorrida na imprensa nacional de que o Secretário da Comunicação Social do Governo do Paraná, Senhor Fábio Campana, estaria auxiliando o General Andrés Rodrigues na Campanha Presidencial, o que seria profundamente estranha tal atitude do Governo Paranaense, pois o General Rodrigues é reconhecido internacionalmente como um homem envolvido em contrabando de tráfico, e enriquecimento ilícito, além de ser peça ativa da ditadura paraguaia, vigente ainda hoje no País, e que embora tenha trocado o nome do ditador não fez nada para impedir o contrabando de carros roubados em nosso País e que são contrabandeados para o Paraguai.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 361

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Delcino Tavares, Secretário da Saúde, solicitando seja intensificada a fiscalização quanto a reutilização de materiais descartáveis, bem como a qualidade dos produtos oferecidos pelos Bancos de Sangue do Paraná, e ao mesmo tempo manifestando o reconhecimento pela ação que vem sendo desenvolvida neste sentido pela Secretaria.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A qualidade dos serviços de saúde oferecidos ao povo paranaense tem sido penalizada por uma série de inadequações.

No caso da reutilização de materiais descartáveis e no caso da qualidade dos produtos oferecidos pelos Bancos de Sangue, há que haver um rígido controle, medida profilática para que se cumpra o preceito constitucional de que saúde é um direito inalienável de todos.

Não bastasse o fato de que o setor de saúde tem sido reconhecidamente afetado

pelos revesses econômicos, medidas preventivas só trariam benefícios à população.

Um Banco de Sangue foi interditado em Cascavel, por não haver garantia da qualidade do produto oferecido, era utilizado sangue colhido no presídio de Toledo, apesar de que os presos são considerados grupos risco para a transmissão de doenças.

A população precisa da garantia de bons serviços prestados pelo Estado.

REQUERIMENTO N° 363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas requerendo a implantação de calçamento na faixa que circunda o Colégio Estadual João XXIII, no Município de Maringá, tendo em vista o grande número de alunos que lá estudam, moradores daquele bairro, que necessariamente trafegam para frequentar as aulas, andando pelas ruas e, conseqüentemente colocando em risco suas vidas exatamente pela falta de calçamento.

1 - Governador Alvaro Dias.

2 - Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Polí Rocha Loures.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 364

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas pedindo a construção de rodovia entre Maringá e Fátima dos Mendes.

1 - Governador Alvaro Dias;

2 - Secretário de Estado de Transportes, Heinz Georg Herwig.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A atual rodovia do café, nos trechos entre Maringá-Apucarana e de Apucarana-Ortigueira, está em estado sofrível, provocando inúmeros acidentes, tendo ceifado muitas vidas.

A ligação Maringá-Fátima dos Mendes, conforme mapa em anexo, oferece as seguintes vantagens:

Encurtará em aproximadamente 80 (oitenta) quilômetros a distância até Curitiba, Paranaguá e praias paranaenses.

A topografia é amplamente favorável, evitando-se a região serrana, propiciando maior segurança aos motoristas;

Já existe em mais de 90% da ligação solicitada uma estrada de leito natural, que reduzirá de modo substancial os custos de construção.

A economia de combustível será consi-

derável, levando-se em conta o encurtamento de distância e inexistência de serras.

Com a nova opção rodoviária, a rodovia do Café sofrerá menor desgaste e possibilitará melhor condição de tráfego.

REQUERIMENTO N° 366

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Doutor Arahão Miguel, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando providências urgentes no sentido de reconstruir o Fórum da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A providência solicitada emerge da premente necessidade de dotar a Comarca de Marechal Cândido Rondon de aparato judicial em prédio próprio uma vez que, como é de conhecimento geral, o antigo Fórum foi destruído por incêndio deixando a população daquela Comarca sem as instalações almejadas, inclusive submetendo o Poder Judiciário ao pagamento de aluguel para sua agilização.

REQUERIMENTO N° 362

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Comunicação Social, indagando o valor das despesas efetuadas em comunicação social no Governo José Richa e Governo Alvaro Dias.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) JOSÉ FELINTO

REQUERIMENTO N° 332

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, pede à Assembleia que se digne solicitar do Doutor Delcino Tavares, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, as seguintes informações:

1 - Por que houve mudança na modalidade de pagamento da verba do Ministério de Previdência e Assistência Social, através do SUDS, para a cidade de Curitiba e mais 28 outras cidades do Paraná?

Quais os critérios que orientaram o pagamento, no ano passado, por capacidade instalada e determinaram este ano o pagamento por produtividade?

2 - Há acusação oficial, ou prova, de ter o Município de Curitiba feito o que Sua Excelência tem chamado, em entrevistas, de "mapismo"? Se não há, porque se priva a rede municipal da capital de 60%

das verbas que seriam destinadas pelo SUDS retroativamente a janeiro deste ano?

3 - A decisão de mudar - num sistema de co-gestão - a modalidade de repasse federal ou do Senhor Secretário Estadual?

4 - Quais os motivos que levaram adoção desta nova modalidade de repasse? Sabe a Secretaria dos prejuízos que acarreta à medicina preventiva e a saúde pública?

Sala das sessões, em 30.03.89.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A prefeitura de Curitiba participa desde março de 1988 do convênio SUDS, celebrado com a SESA - Fundação Caetano Munhoz da Rocha tendo recebido - pela modalidade de "capacidade instalada" - perto de 78 mil OTN's mensais até dezembro do ano findo.

A partir de janeiro último, sem qualquer discussão prévia, visando renovação do convênio, a prefeitura de Curitiba foi surpreendida com a decisão unilateral do Secretário de Estado da Saúde de pagar pela modalidade de "produtividade".

Tal fato também ocorreu em 28 outras cidades.

Em Curitiba isto representa redução de 60% dos recursos, para saúde, anteriormente repassados.

Os convênios do SUDS não podem ser considerados meros instrumentos de natureza contábil. Representam, na verdade, compromissos de ordem social e política assumidos com grandes parcelas da nossa sociedade.

No esforço de maior justiça social e modernização do sistema de saúde tais compromissos exigem regularidade e constância no aporte de recursos. Considerando-se que as contribuições, em 90%, são compulsórias e descontadas dos segurados pela Previdência Social.

A rede de saúde de Curitiba, com 57 centros de saúde, e 29 clínicas odontológicas, presta atendimento ambulatorial a cerca de 600 mil pessoas, e não pode diminuir a eficiência de atendimento e sua eficácia.

A rede possui 1820 funcionários, e se ressentir da perda, até maio deste ano de Rcz\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzados novos) que é, ao nosso ver, o "déficit" causado pela mudança de modalidade de pagamento.

Para reforçar nossa justificativa nos reportamos à Constituição vigente nos artigos 195, 196 e subsequentes até o artigo 204.

REQUERIMENTO N° 333

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado do PDT que este subscreve, solicita seja oficiado ao poder Executivo, especificamente ao IPE, inda-

gando:

1 - Quais os benefícios para o Instituto de Previdência do Estado auferidos pelo uso do edifício sito à rua Marechal Deodoro (de propriedade do IPE) e ocupado por Órgão da Polícia Civil?

Há aluguel? Em quanto monta?

2 - Quem ocupa o Edifício Caetano Munhoz da Rocha, e quais os custos do aluguel, na Rua Cruz Machado com Dr. Muricy? Ainda é propriedade do IPE?

3 - O edifício ocupado pelo Egrégio Tribunal Regional Eleitoral também é de propriedade do IPE? Há aluguel? Em quanto monta?

4 - No caso de terem sido os imóveis acima alienados do patrimônio dos previdenciários estaduais, o foram por que ato legal e em que data?

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Numerosos pedidos de funcionários públicos estaduais tem chegado a este gabinete parlamentar com tais indagações, que, em nome da transparência pública, e em nada desabonando a excelente figura do Superintendente do IPE - a quem devotamos consideração pessoal e respeito profissional -, gostaríamos de ver respondidas.

Para esclarecimento dos funcionários que nos indagam, e para clareza de que o IPE realmente serve integralmente à causa previdenciária.

Transcrições:

REQUERIMENTO N° 353

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do ofício da Associação dos Magistrados do Paraná, assinado pelo seu presidente Desembargador Francisco de Paula Xavier Neto, impetrada pela mesma Associação contra o Governador do Estado do Paraná e o Secretário de Estado da Fazenda.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 354

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Ação Popular impetrada pelo requerente contra o Governador do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 002/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - A ausência injustificada de Deputado Constituinte em 3 (três) sessões ordinárias consecutivas ou seis alternadas, por período mensal, importará na sua imediata suspensão, por ato da Mesa, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1° - O Deputado punido não receberá subsídio, ajuda de custo ou qualquer outra verba, mesmo aquelas destinadas ao seu gabinete parlamentar, durante período de suspensão.

§ 2° - No caso de reincidência, a suspensão prevista no "caput" será pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 2° - Durante o prazo de suspensão de qualquer Deputado Constituinte, o "quorum" regimental ou legal será estabelecido descontando-se o número daqueles cumprindo punição.

Art. 3° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 064/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à reposição salarial do funcionalismo público estadual, obedecendo os seguintes critérios.

a) reposição de 39% (trinta e nove por cento) sobre o salário de janeiro de 1989 a ser pago no dia 1° de maio de 1989;

b) reposição do índice inflacionário de janeiro de 1989 sobre o salário de dezembro de 1988, a ser pago em 1°/05/89;

c) reposição do índice inflacionário de fevereiro de 1989 sobre o salário de janeiro de 1989, a ser pago em 1°/06/89;

d) reposição do índice inflacionário de março de 1989 sobre o salário de fevereiro de 1989, a ser pago em 1°/06/89.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

O projeto não trata sobre aumento real de salários, mas se propõe a corrigir, de imediato, as reposições salariais do funcionalismo público, defazadas pelo descumprimento do Governo do Estado e sua própria mensagem de aumento devidamente aprovada por esta Casa no final do ano de 1988.

Considere-se, também, que as leis vigentes no País dão pleno respaldo ao pre-

sente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio no Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós acabamos de encaminhar à Presidência desta Casa um pedido de licença por 15 dias em função da ausência do Prefeito Jaime Lerner, que viaja no próximo dia 03 para o Japão, uma viagem de interesse para a Capital do Estado do Paraná e até por que não dizer, do nosso próprio país, porque o Prefeito Jaime Lerner vai, inicialmente a convite da nossa cidade irmã e também para estudar e trazer subsídios importantíssimos para aplicação em relação ao meio ambiente da nossa Capital. Curitiba vai se transformar na capital ecológica do país e evidentemente que os subsídios que serão trazidos pelo Prefeito Jaime Lerner levando na sua companhia o Secretário do Meio Ambiente, tenho certeza de que ela será de grande valia, de grande importância para nossa Capital.

E eu quero neste momento agradecer aos Senhores Parlamentares que neste momento votaram e aprovaram esse pedido de licença de nossa autoria, porque o ato e o fato pouca coisa diz. Fomos eleitos vice-Prefeito de Curitiba e por força de lei, no impedimento do titular Prefeito Jaime Lerner somos nós a substituí-lo. Todavia para nós pessoalmente, este acontecimento se reveste de grande importância. Companheiros Deputados nos permitam que aqui recordemos alguns acontecimentos que antecederam este ato que acontecerá no próximo dia 3, qual seja, a nossa posse temporária na Prefeitura da capital do Paraná. Há pouco menos de 40 anos vivíamos nós, numa pequena propriedade rural do município de Almirante Tamandaré. Ali, nossos pais e irmãos extraíram o sustento da família. As dificuldades que já então existiam na vida do campo, a falta de incentivo para o pequeno lavrador levaram nossos pais a transferirem-se para Curitiba quando tínhamos ainda 11 anos de idade. E aqui chegando, a luta não foi menor. Fizemos de tudo para auxiliar o orçamento da família: juntar cacos de vidro para vender numa fábrica na cristaleria Raial da Aurora aqui em Curitiba; andar com uma cesta de banana embaixo do braço e vender de casa em casa.

Com mais garra e idealismo do que propriamente por condições ingressamos no rádio. Começando no esporte amador como um simples apanhador de resultado de jogos, para depois assumirmos a condição de repórter esportivo, comentarista esportivo e de narrador de futebol. Tive privilégio de trabalhar ao lado de grandes figuras do

esporte nacional e internacional até, e mais tarde ingressamos na área policial, como repórter policial na qual estamos até hoje.

Esta foi a nossa carreira e ela foi muito difícil. Nós comemos o "pão que o diabo amassou", porque foi uma luta muito difícil, sem privilégios, sem apadrinhamentos, sem ninguém a nos ajudar a não ser a nossa própria força de vontade, o nosso idealismo, a nossa perseverança que nos levaram à condição em que nós nos encontramos hoje. Evidentemente que o povo da cidade reconheceu o nosso trabalho e a ele é que devemos a condição em que nós nos encontramos hoje. Termos sido eleito vereador em 82 ainda pelo então PDS com a maior votação dada ao vereador na Capital do Estado do Paraná. Eleito Deputado Estadual em 86 pelo PDT, mais votado na Capital do Estado e agora, na condição de vice-Prefeito da Capital do Estado do Paraná.

Por isso, companheiros, não quero me alongar, quero apenas justificar, dizer o porquê desta licença e dizer da enorme alegria, da enorme satisfação da qual somos possuídos neste momento, ao subirmos a esta tribuna para pedirmos licença do cargo de Deputado para assumirmos a condição de Prefeito da Capital do Estado do Paraná.

Sabemos da enorme responsabilidade que o cargo nos exige mas sabemos também que não será por falta de vontade, por falta de luta, não será por falta de humildade que nós deixaremos de cumprir com a nossa obrigação na Prefeitura. Deus queira que nesses quinze dias não aconteçam as greves, as reivindicações salariais, não aconteça a greve do transporte coletivo e que não aconteça nada de mal e para isso, eu espero contar com a colaboração dos amigos, que façam uma corrente de oração pedindo para que o Algaci Túlio tenha 15 dias de boa gestão à frente da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Muito obrigado, Senhores Deputados, a gente volta a se encontrar no próximo dia 17 aqui nesta Casa. Aliás, nós estaremos aqui tão pertinho e estaremos constantemente nesta Casa, inclusive acompanhando algumas sessões das comissões temáticas da Constituinte, da qual este parlamentar faz parte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com a palavra, o representante da Polícia Militar, Coronel Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, o Senhor me envaidece e eu não posso esconder a oportunidade dessas referências que o senhor me honra em assim me chamar a

esta tribuna.

Prezados Companheiros, Deputados, prezado companheiro Algaci Túlio, quero também na oportunidade parabenizá-lo, e estarei torcendo daqui e fortalecendo para que nesses 15 dias o companheiro seja muito bem sucedido. Felicidades e estarei à distância, ajudando-lhe.

Eu venho, como sempre e como de praxe, aproveitando o momento nacional para falar sobre política salarial do Governo, evidente que nacional e como não poderia deixar de ser, aqui a nossa do Paraná.

No curso desse debate e no curso dessas discussões todas, eu não posso esconder, indiscutivelmente ter anotado alguma coisa, para que eu pudesse tentar avaliar, analisar e por certo, tentar sensibilizar o nosso Governo, para a realidade nacional no que diz respeito aos nossos salários, isto por que, tivemos a infelicidade de após termos aprovado uma mensagem do Governo, termos que admitir um veto que naturalmente constrangeu a todos nós e em especial, à grande classe de trabalhadores deste Estado, trabalhadores e funcionários por aí afora, evidentemente.

Desde então, tenho procurado, juntamente com mais alguns outros companheiros, pautar no sentido de fortalecer e sensibilizar o Governo para uma chamada, porque o Governo também é patrão e é um grande patrão. Tem um contingente extraordinário e tudo o que está sendo discutido na esfera nacional, não foge à regra, indiscutivelmente, o Governo aqui já ir se aprestando no apronto de um estudo, no apronto de uma proposta para que possa, naturalmente, tranquilizar e responder aquilo que na oportunidade ele disse não poder atender por falta de recurso no Orçamento do Estado.

O trabalhador luta. Propôs um percentual, o Governo outro e os empresários, outro. A ameaça está aí nesta classe elitista, dominante, que eu atribuo ser os empresários sempre colocando à frente, à distância como uma ação quase intimidativa, dizer o seguinte: "eu vou repassar os preços" e se não hower um casamento do salário com o preço, não vai existir harmonia na economia nacional.

Por isso quero chamar a atenção do Governo Federal, do Governo Estadual para a realidade. A CUT já se alinha, já se organiza em apresentar primeiro, um projeto salarial ao Congresso Nacional e, segundo, um grande encontro para novas greves; uma greve à véspera de eleição para Presidente a qual clamamos, lutamos é deveras desagradável.

Eu tinha mais assuntos, estou falando preocupado, olhando para o relógio porque quero fazer uma observação antes que se encerre o tempo.

A outra observação, companheiros, diz respeito a uma contestação que um companheiro de farda me fez ...

Senhor Presidente, conceda-me um minuto para que eu possa concluir, com sua elegância que lhe é peculiar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com muita honra.

O SR. RAUL LOPES - E esse Coronel me contesta achando que está tudo bem. E ele diz que na Polícia Militar há harmonia, há calma. Não há nada disso! Há uma intranquilidade. O pessoal está insatisfeito porque não houve aumento, não houve reposição e aquele companheiro diz que está tudo bem. Ele é para mim um "boi de piranha", naturalmente que foi encomendado por alguém para dizer isso.

Já disse a ele e quero dizer desta tribuna, porque tornou público no jornal, é lamentável que tenha dito isto.

Olha Companheiro, não é por aí que você vai acalmar.

Eu, desta tribuna, tenho acalmado. A Polícia Militar não se presta para fazer greves, movimentos.

Não houve, na História da Polícia Militar, fatos que viessem denegrir no que diz respeito a movimentação e não vejo por que você quis pegar um braço para fazer média. Não precisa disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao iniciar neste momento o meu pronunciamento no Pequeno Expediente, gostaria de registrar a presença do Deputado Federal e Presidente do Partido, que orgulhosamente pertence, o PMDB, Deputado Valdir Pugliesi.

Neste momento eu faço um alerta aos Senhores Deputados da grande preocupação em que vamos viver a partir do mês de abril. Essa preocupação está dentro do contexto que agrava os municípios do Paraná e do Brasil inteiro quanto à preocupação dos prefeitos com relação aos débitos junto aos IAPAS.

Nós sabemos, os Senhores Deputados sabem do momento de crise em que vivemos nas prefeituras do Paraná. Situações financeiras difíceis em razão da situação econômica em que vive o nosso País hoje.

E nós sabemos que se o IAPAS ao tomar esta medida das dívidas contraídas, não pelos atuais prefeitos, que não têm a responsabilidade desses débitos assumidos, não poderão pagar por uma dívida que não contraíram.

E eu peço, Senhor Presidente, e Senhores Deputados que através desta Casa de Leis, encaminhemos um telex às áreas econômicas lá em Brasília, para que se reúnam com os prefeitos e procurem uma nova modalidade na forma de acertar os déficits existentes das Prefeituras do nosso Estado. Nós não podemos atribuir aos Prefeitos a responsabilidade dos seus municípios a partir do dia 1º de janeiro de 1989.

Se o Governo Federal tomar esta medida, será o caos em todas as prefeituras deste país.

E nós não podemos ficar acéfalos de uma situação que estamos vivendo desde a Nova Constituição Federal, quando se fala na reforma tributária.

Muito se fala sobre reforma tributária, mas na verdade nós temos conhecimento de que isto ainda não saiu do papel. Existe na teoria, mas na prática nenhum município foi beneficiado até o presente momento. E nós sabemos, a situação financeira que se agrava aos municípios. Nós temos que dar apoio aos prefeitos. Temos que nos preocupar com os prefeitos. São o sustentáculo, a base dos municípios.

E se nós não nos preocuparmos e permitirmos que esta decisão do Governo Federal venha a cair sobre as prefeituras, estaremos aceitando um atestado de falência das prefeituras municipais.

E, ao encerrar, Senhor Presidente, fiquei hoje surpreso com a nota da imprensa do meu Estado, quando o Deputado Nereu Carlos Massignan, hoje pertencente ao Partido do PSDB, que até então ostentava a sua filiação ao Partido do PMDB, e que hoje não sente mais junto à nossa Bancada, no Partido, mas que esteve durante longo tempo defendendo o Governo Alvaro Dias, parabenizando o Governo Alvaro Dias ... solicito mais um minuto para concluir, Senhor Presidente que aqui está fixado, nos Anais desta Casa, quando o Deputado Nereu Massignan, que elogiava a postura e austeridade do Governador Alvaro Dias.

É muito fácil apenas assinar uma ficha de filiação e mudar de uma poltrona para outra e criticar aquele que está preocupado com o Estado, de levar o Estado à seriedade, em cumprir os compromissos com o seu povo que confiou nele nas urnas na eleição de 1986.

Mas, eu afirmo Senhor Presidente e Senhores Deputados, que esta postura do Governo Alvaro Dias é a postura da seriedade, é a postura que não só o Paraná deseja, mas todos os brasileiros querem um governante como Alvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Deputado Orlando Pessuti, com a palavra.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Mais uma vez durante esta nossa trajetória parlamentar e entre agora para o sétimo ano de trabalho -, nós temos que retornar à tribuna da Assembleia Legislativa para lamentar a falta de atitude e de posicionamento do Governo Federal, com relação ao setor produtivo do Paraná e do Brasil, ou seja, o setor da agropecuária.

A situação dos produtores rurais paranaenses, principalmente daqueles cujos prazos para pagamento de empréstimos bancários começam a vencer, já é desesperadora, em função da falta de solução por parte do Governo a uma série de problemas gerados pelo plano verão. O alerta foi feito ontem pelo Presidente da FAEP, Dr. Paulo Carneiro, e da OCEPAR, Dr. Wilson Thiesen, em telex enviado ao Presidente da República e aos Ministros da área econômica.

Na mensagem, os dois líderes rurais advertem que caso o governo continue adiando uma definição para a série de questões que está trazendo graves prejuízos ao setor agropecuário, será inevitável a tomada de medidas mais drásticas pela classe no sentido de proteger seus interesses e assegurar a sobrevivência da atividade.

Fala-se inclusive, Senhor Presidente, Senhores Deputados, na retomada de medidas e atitudes que se fizeram presentes com muito vigor no mês de fevereiro de 1986 quando iniciava o Vale do Ivaí uma campanha, uma movimentação muito grande que fechou diversas, centenas de agências bancárias no nosso Estado.

Hoje, fala-se em medidas muito mais drásticas. Medidas que teriam repercussões muito pesadas na economia paranaense, no dia-a-dia da nossa vida sem fim.

Paulo Carneiro e Wilson Thiesen ressaltaram que esses problemas que afetam tanto a comercialização da atual safra como o plantio da próxima, se não forem resolvidos o mais rápido possível comprometerão novamente a situação financeira do setor rural com reflexos negativos para a economia do país levando a uma crise semelhante à ocorrida na época do plano cruzado. No telex remetido à Brasília por estas duas autoridades do setor agropecuário paranaense, eles listam alguma reivindicação qual seja:

- Ausência de correção monetária sobre os empréstimos rurais feitos com recursos da Caderneta Verde enquanto os preços dos produtos permanecem congelados;

- realinhamento dos preços dos produtos agrícolas, em função da grande defasagem em relação aos custos de produção, decorrente de aumentos registrados nos preços da maioria dos insumos do setor;

- pagamento imediato do remanescente da produção de trigo da safra passada já entregue ao governo, com indenização pela demora;

- fixação do preço do trigo para a safra 1989 e liberação dos recursos de insumos, máquinas e equipamentos;

- fixação de critérios para a correção dos preços mínimos dos produtos da próxima safra;

- garantia do preço mínimo para produção como algodão do tipo inferior, já que com a estiagem durante o plantio e as chuvas na colheita, os produtos, em geral pequenos, sofreram grandes prejuízos.

Essas Senhor Presidente, Senhores Deputados, as reivindicações formalizadas através de telex pelo Dr. Paulo Carneiro e Wilson Thiesen da Ocepar ao Presidente da República e aos Ministros da área econômica. E que refletem a necessidade hoje do setor rural, sem falar em outros problemas. Se não resolvermos esses que foram aqui anunciados, teremos realmente graves crises no meio rural para nossa insatisfação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) Concedo a palavra ao Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sou a esta tribuna para comunicar aos companheiros Deputados Estaduais e pedir o voto do Deputado Nereu, Deputado Paulino, companheiros pares desta Casa para pedido de informação que estou fazendo à Secretaria de Comunicação Social que muito me interessa saber quanto está gastando na comunicação social o Governo do Estado Alvaro Dias.

Mas também interessa saber quanto gastou no Estado o Governo passado para que possamos assim ter uma análise do que foi gasto nos 4 anos do governo passado, do Governo José Richa como também quanto está gastando por funcionamento hoje o Governo Alvaro Dias.

Lí, nos jornais a posição do Deputado Nereu Carlos Massignan, que, no Governo Richa, trabalhava na Casa Civil e tem os dados daquela oportunidade, quando se repassava da Casa Civil diretamente para a imprensa dinheiro do Estado para os meios de comunicação. Como também se passava, diretamente da Secretaria da Fazenda, verba de suplementação para a Comunicação Social. E, me interessa muito saber quanto está gastando o Governo Alvaro Dias com a comunicação social, no Estado do Paraná.

Gostaria de pedir o apoio dos nobres Pares para votar este Pedido de Informações que apresento, neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais presentes que integram o trabalho Legislativo, nesta quinta-feira.

Inicialmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero congratular-me e dar votos de sucesso ao nosso colega, neste Parlamento, Deputado Algaci Túlio, que assume a Prefeitura de Curitiba, por um período curto, mas fazemos votos de que este período seja um período marcante, exemplar, pois cada vez mais fica provado que todos os trabalhadores são capazes de trabalhar e são capazes de governar.

E, Algaci Túlio, colega de Parlamento, um trabalhador do rádio, agora à frente da Prefeitura mais importante do Paraná, votos de sucesso e temos a certeza que a sua ação será uma marca para a classe trabalhadora, que mostrará ao Paraná que os trabalhadores sabem governar de igual para igual ou melhor do que aqueles que sempre integram as elites dominantes no País, nesse Estado e nesta Cidade.

Em segundo lugar estou trazendo ao conhecimento público, nesta tribuna, estou requerendo e gostaria, sinceramente de ver aprovado por este Plenário, uma moção de apoio, de solidariedade, de aplausos à Câmara de Vereadores de Curitiba, que, finalmente um Poder Legislativo, a Câmara de Vereadores de Curitiba, está sensível, está aberta à linguagem popular e tomaram uma atitude digna e louvável, extinguindo o Fundo Privado de Previdência dos Parlamentares de Curitiba.

E digo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o mesmo caminho deveria ser percorrido por este Parlamento, porque num tempo novo, num tempo de crise, num tempo em que as finanças públicas não sobrevivem, não se justifica mais o uso de recursos públicos para a manutenção de Fundos de Previdência Privada, de grupos privados de Previdência e Assistência.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, faço um apelo para que na sequência desta sessão aprovemos reconhecimento a essa atitude digna, madura de que o Poder Legislativo de Curitiba, pela quase unanimidade aprovou o fim Fim-plec.

E isso demonstra um alto grau de reconhecimento, um alto grau de confiança da sociedade curitibana, da sociedade paranaense e espero que esse exemplo, efetivamente seja seguido por este Poder também, o Poder Legislativo paranaense no processo constituinte estadual, sejam acatadas propostas várias

que aqui estão, uma de iniciativa popular, outra de iniciativa deste Parlamentar e outras que estão por aí também protocoladas e defendidas para que se extinga o nosso fundo parlamentar ou que pelo menos se aprove na Constituição do Estado do Paraná a vedação, a proibição de destinação de recursos públicos para as carteiras de previdência privada.

Quero também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, na sessão de hoje pedir e estou pedindo por escrito regime de urgência para o Projeto de Lei n. 46/89, projeto de lei este que na semana passada não foi acatado como emenda a um projeto de iniciativa do Tribunal de Justiça, e a intenção daquela emenda era nada mais nada menos do que reconhecer e fazer justiça, com todos os funcionários públicos do Estado do Paraná, que o Estado e os cofres públicos estão em débito com eles, que são a grande maioria, com as reposições de 88 mais a inflação de 89.

Naquele projeto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi aprovado a reposição de 88, mais o arrocho de janeiro de 89, para o pessoal do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e os demais ficaram fora daquele projeto de lei já que o Executivo não tomou iniciativa de encaminhar Mensagem a esta Casa, pois quando o fez, referente à reposição de 1988, e foi aprovado por este parlamento, ele mesmo vetou a sua iniciativa.

Portanto, estou pedindo regime de urgência para este projeto para que ele tramite rapidamente nesta Casa, e para que rapidamente todos os funcionários públicos, do Poder Executivo, do Poder Legislativo, os funcionários do Poder Judiciário possam ter o quanto antes a sua reposição do ano passado, bem como do mês de janeiro de 1989, que creio eu, que os integrantes do Poder Judiciário e os integrantes do Tribunal de Contas já o têm porque a lei já foi aprovada aqui neste parlamento e certamente não será vetada pelo Executivo Paranaense.

Quero dizer, justificando tal medida, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que os vencimentos dos cargos dos diversos quadros de pessoal civil e militar, dos três Poderes do Estado, que pelo Projeto de Lei n. 01/89, de origem do Executivo e aprovado nesta Casa, foram reajustados a partir de primeiro de janeiro de 1989, em 100% sobre os vencimentos de dezembro de 1988, e mais 39,27% a partir de março de 1989. Também sobre os vencimentos de 1988, de dezembro de 1988, perfazendo um total de 139,27%.

Quero chamar a atenção para o seguinte: Este reajuste de 139% foi dado para repôr a perda sofrida pelo funcionalismo estadual de 1988, calculado pela variação

acumulada do índice de preços ao consumidor, isto significa dizer que se o funcionalismo recebesse os 139,27% estaria zera da a perda de 1988, nesse cálculo não está imbutida nenhuma inflação real de 1989.

No dia 21 de fevereiro deste ano o Governador sancionou a lei de aumento do funcionalismo, vetando a segunda parcela, que foram os famosos 39% que foram aprovados nesta Casa. As razões apresentadas pelo Senhor Governador se resumem no seguinte: 1º que o aumento de 39% a ser dado em 1º de março, não se referiam a perdas salariais de 1988, mas a uma previsão de inflação de janeiro e fevereiro de 1989, essa é uma inverdade deslavada do Senhor Governador, pois o Projeto de Lei número 01/89 afirmava exatamente o contrário. Segunda alegação: que o veto era para impedir que o reajuste dado aos servidores ultrapasse os 65% da receita do Estado como prevê a Constituição e que a partir de agora os aumentos deveriam se ajustar aos limites da arrecadação e que o Governo deve gastar apenas o que arrecada. Essa é uma outra inverdade que adiante eu provarei.

Terceira alegação dada pelo Senhor Governador: que o veto dos 39% era para diminuir o déficit público do Estado conforme orientação do plano verão do Governo Federal. Isso também não é verdade. O déficit não é produzido pelos salários dos servidores, adiante nós temos provas, no dia de hoje ainda provaremos que os motivos do déficit público não é a folha de pagamento dos servidores. Uma última alegação dada pelo Senhor Governador: é de que pelo plano verão não haveria inflação nos meses de janeiro e fevereiro e que para isso não se justificava dar essa parcela aos servidores públicos. Após o veto dado pelo Senhor Governador sobre a segunda parcela de 39%, aconteceram alguns fatos que eu gostaria de lembrar pela ordem cronológica, pela gravidade e pelo seu significado.

Primeiro: no mês de fevereiro de 1989 os cargos de chefia da Assembléia Legislativa deste Poder foram agraciados com um aumento significativo. A gratificação que em janeiro de 1989 era de Rcz\$ 69,40 saltou para Rcz\$ 300,61 cruzados novos; essa importância está muito bem acima dos 39,27% vetado. Segundo consideração: todos os Magistrados receberam agora no mês de março um novo aumento de 113% sobre os seus vencimentos de dezembro de 1988. Terceira consideração: os funcionários CLEs da Assembléia, agora em março, receberam 20% de acréscimo nos seus vencimentos.

Estou lembrando esses fatos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque eles são graves diante da política salarial que está sendo adotada para o funcio-

nalismo público do Estado do Paraná.

Além disso, estes fatos revelam uma total falta de seriedade do atual Governo e uma prática demagógica, divisionista, discriminatória e sobre tudo mentirosa.

Esses fatos revelam exatamente isto; uma prática que submete os mais fracos ao arrocho salarial, negando-lhe os seus direitos.

Quando que por outro lado, revela uma prática de aliciamento, própria dos tiranos que querem submeter aqueles que ocupam cargos de chefia ou de comando à sua vontade, à custa dos recursos públicos.

Negar os 39% referentes às perdas de 1988, é um ato de força própria de um ditador, pois, significa condenar o servidor público ao arrocho, e negar-lhe as condições mínimas necessárias para manter-se, e poder trabalhar dentro dos padrões de dignidade humana.

Negar os 39,27% em nome do "plano verão", e querer negar ou reconhecer a inflação de janeiro e fevereiro de 1989, é insultar o servidor público, que com seu trabalho faz o Estado funcionar.

Como poderá o Sr. Governador negar os 70% de inflação de janeiro; os 2.3 da inflação de fevereiro; como ele negará a inflação de 6.5 da inflação de março, perfazendo nestes três primeiros meses do ano 87,87? Como poderá o Senhor Governador negar que a cesta básica, que calcula o custo de vida dos que ganham até 5 salários-mínimos, tenha subido 16.3 no mês de março, aqui em Curitiba?

Gostaria de lembrar também que, quem calcula cesta básica aqui em Curitiba, não é o DIEESE, mas, sim, o IPARDES; um órgão do Governo do Estado do Paraná, e que serve ao Governador Alvaro Dias.

Para poder analisar esta questão com profundidade, e poder desmascarar as meias verdades, para não falar, as mentiras desse governo, é necessário conhecermos como estão as finanças públicas do Estado do Paraná.

Só através desta análise é que nós podemos saber, se, quando o Governador diz que não pode pagar os 39%, porque isto seria gastar mais do que o Estado arrecada.

Quero me deter neste ponto, pois, ele é fundamental, para poder esclarecer muitas afirmações que o Senhor Governador Alvaro Dias e o seu Secretário das Finanças, não querem dizer à opinião pública do Paraná.

A economia paranaense, Senhor Presidente, Senhores Deputados, cresceu nos últimos anos, mas, as receitas do Governo Estadual, não evoluíram na mesma intensidade econômica. Se fizermos um comparativo

de 1970 para 1988, nós vamos ver que o Governo do Estado perdeu 37.31 da carga tributária e 35% da carga tributária do ICM.

No período de 1970 a 1988, a receita tributária do Estado do Paraná cresceu 90% em termos reais, isto é, descontada a inflação, e a do ICM cresceu 97%, enquanto o produto interno bruto do Estado do Paraná cresceu 205%. Os números que acabei de citar, revelam que, apesar do crescimento da economia paranaense, verifica-se uma perda de dinamismo na receita pública; e, é aqui que entra a responsabilidade do Governo, a responsabilidade do Senhor Governador e do seu Secretário das Finanças.

A quem se deve estas perdas de arrecadação, Senhor Presidente? Será que é a folha de pagamento que está deixando de arrecadar ICM? Não. Será, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esta perda não se deve, basicamente, às costumeiras isenções, à sonegação? Caberia perguntar aqui também: quem é que concede isenções? São os funcionários públicos? Quem é que está sendo isentado? Será que são os funcionários públicos, que estão diminuindo a arrecadação do Estado do Paraná? Quais os critérios adotados para se isentar impostos no Estado do Paraná? São os funcionários públicos os seus culpados? Quem sonega? Porque será que o Estado não cobra e executa os sonegadores? Quem autoriza todo dia dilações de prazos para recolhimento do ICM? São os funcionários públicos, Senhor Presidente, Senhores Deputados?

Outros aspectos que precisam ser elucidados: a carga tributária que em 1970 representava 5,9% do PIB Estadual passa para 2,4% em 1988, com uma queda de 59% na capacidade de arrecadação real no Estado do Paraná. Este fato se deve a duas causas: o maior crescimento das transferências a pessoas (inativos, pensionistas e salário-família). Esta transferência cresceu, de 1970 para 1987, em 287%; segunda causa: dos pagamentos dos juros e encargos da dívida estadual, que cresceu absurdamente, melhor dizendo, de 1970 para 1988, os encargos da dívida cresceram 8.613%.

Será que não está aí uma das causas da crise, alegada pelo Governo do Estado do Paraná? Será que não está desmentindo o Secretário das Finanças, que vai para televisão, que vai para os debates, que esteve na Constituinte, afirmando para todos nós, de que a causa do mal paranaense é a folha de pagamento.

Nunca vi o Secretário das Finanças atribuir ao grau de endividamento e os encargos da dívida motivo pela crise. Por que será?

Porque se afirmar isso ele estará denunciando aquele "lobby" de empresas beneficiárias com a dívida do estado, que estão "mamando", que são amigas do rei.

Estes demonstrativos mostram em quanto a receita cresceu, 2% as transparências a pessoas e os juros cresceram 4,7%. No entanto, as despesas com pessoal e encargos sociais da administração direta cresceram apenas 62% no período de 1970 para 1988, muito menos do que as receitas totais.

Aqui o Senhor Governador e os Secretários das Finanças e Administração nos devem uma explicação. Por que afirmar que a folha de pagamento dos funcionários, nos últimos anos, cresceu mais que a receita quando os dados e os números provam o contrário? Fica claro, pelos dados apresentados que, o que está aumentando não são as despesas com funcionários ativos, o que está aumentando são os gastos do pagamento da dívida, tanto externa quanto interna. E por que será que não se impõe um limite ao endividamento do Estado, como se impõe limite ao pagamento do funcionalismo?

Há mais um dado que deve ser colocado a público e analisado: Em 1970 as despesas com o pessoal da Administração direta representava 84% do total das despesas e as transferências a pessoas apenas 16%.

Em 1988 houve uma inversão, o gasto com o pessoal da Administração Direta chegou a apenas 48%, dados do próprio Governo e despesa com a transferência a pessoas somou 26% e outros 26% foram gastos com o pagamento de pessoal da Administração Indireta.

Aqui outra inverdade, uma outra informação sonegada à opinião pública, pois 1988 foi o ano que menos se gastou com despesas de pessoal da Administração Direta, desde 1970, dados do próprio Governo, só que não se diz. Outro fato alarmante que aparece da análise das finanças do estado e que precisa ser elucidado, é o seguinte: em 1988 as despesas com os inativos e pensionistas representavam 55% dos gastos de pessoal e encargos sociais. Os pensionistas e inativos que absorvem tantos recursos provavelmente, não a maioria deles que deu o melhor de si para o Estado e que deve ganhar um piso salarial, se muito, mas provavelmente devem ser os aposentados ou melhor, as aposentadorias dos ex-Governadores, dos ex-Deputados, dos ex-Juizes, dos Desembargadores que foram conseguidas muitas vezes por baixo do pano, que foram conseguidas para pagar apoio políticos ou para calar os desmandos políticos, as corrupções que aconteceram e que acontecem e que muitas vezes hoje estão no Governo. Por que não se diz para a opinião pública quem são os inativos, quem está consumindo este alto valor como inativo e pensionista do estado, não se diz provavelmente, porque aí sim apareceriam os verdadeiros marajás e os verdadeiros fantasmas de má fé que fazem parte das folhas de pagamento deste Estado.

Por fim quero voltar para a questão do pagamento dos serviços da dívida do Estado, que em 1970 esses serviços representavam 6.4 de toda a receita tributária do Estado. Em 1988 saltou para 30.3% da receita tributária do Estado. Em outras palavras 30% da receita própria do Estado está comprometida com o pagamento da sua dívida. Esse serviços da dívida representa o volume idêntico a 70% da despesa e encargos da Administração Direta. Além disso, existe ainda a transferência, a Administração Indireta, quer para pagamento de pessoal, quer para pagamento da dívida pública Estadual. Essa transferência que em 1980, representava 14% dos recursos tributários, hoje representa 30%.

Senhor Presidente, Senhor Deputados, esses são os grandes problemas das finanças públicas que o Paraná diz respeito. A perda da receita, isto é, o que é arrecadado não acompanha o crescimento da economia. Essa perda se dá pela sonegação e isenção de tributos, isto é, o Estado por um lado é incompetente para cobrar seus sonegadores, por outro lado é complacente e perdulário ao isentar contribuintes, não cobra dos sonegadores e beneficia os amigos com isenção.

Segundo o crescimento desproporcional das transferências de inativos e pensionistas, provavelmente esse aumento não se dá pela quantidade de inativos e pensionistas que prestaram serviços ao Estado e hoje devem ganhar uma miséria, mas se deve as gordas e injustas aposentadorias pagas a alguns poucos, como ex-Governadores, ex-Deputados, ex-Magistrados, os apadrinhados que fizeram parte e ainda fazem parte das administrações.

Terceiro, as elevadas transferências ao capital representado pelo serviços da dívida, isto é, o pagamento de juros que beneficia os agiotas internacionais e os grandes empreiteiros de obras aqui do estado. Os gastos com o funcionalismo da administração pública não representa de forma alguma o elemento desarticulador das finanças públicas, como costumeiramente vem sendo dito.

No entanto o Senhor Governador, seus secretários elegeram os funcionários públicos como os bodes expiatórios que devem pagar com seus salários aquilo que não devem.

São eles os acusados de serem os responsáveis pela desarticulação das finanças do Estado.

Até quando se continuará a faltar com a verdade? A cometer atos de tamanho desatino com tanta irresponsabilidade? Onde está a responsabilidade com o serviço público e com os seus servidores? Onde está a responsabilidade do partido que governa? Onde está a responsabilidade de

quando foi mantido o veto ...

(*Término do Horário*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vossa Excelência tem o horário das lideranças. Deseja ocupá-lo?

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com muita honra concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Onde é que está a responsabilidade daqueles que mantiveram um veto de 39% de reposição do ano passado aqui nesta Casa? Essa responsabilidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, custará caro. Mais do que isto, nós não podemos concordar com o Governador que está injustificando milhares de servidores. Mais do que isto provam que estão aqui apenas para respaldar os atos do Executivo e não de tomar uma atitude digna, independente, autônoma e coerente, sejam eles justos ou injustos, sejam eles verdadeiros ou falsos, sejam eles para esclarecer a opinião pública ou para esconder a verdade, mas nós acreditamos que um dia este Poder será o poder da justiça, o Poder do reconhecimento, o Poder da sensibilidade com todos os trabalhadores do Estado do Paraná.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, faço um apelo não só para que aprovemos este requerimento, pedindo regime de urgência a matéria de importância fundamental, mas especialmente gostaríamos de ver o empenho de todos os Parlamentares que compõem este Poder, das Comissões, da Mesa Executiva e de todo este Plenário para que rapidamente votemos este Projeto e os cofres públicos do Estado do Paraná estabeleçam uma situação de justiça, uma situação de igualdade, uma situação de isonomia para todos os funcionários públicos do Estado do Paraná.

Era isto, Senhor Presidente, era isto, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Representação do PL.

(Declina)

Representação do PDS.

(Declina)

Representação do PTN.

(Declina)

Representação do PTB.

(Declina).

Com a palavra o Senhor Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados, a Bancada

do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro quer parabenizar o companheiro, Deputado Algaci Túlio, que no próximo dia 3 assumirá a Prefeitura Municipal desta cidade.

Algaci Túlio, como disse ele desde os 12 anos chegou a esta capital, aquele menino cheio de vida e que aqui percorreu as ruas vendendo vidros, vendendo bananas, mas cheio de vontade, abraçou o rádio como um bom radialista, com a sua voz melodiosa, conquistando os primeiros lugares no ibope. Parabéns, Algaci Túlio. Depois, na política, graças a esse povo Vossa Excelência foi bem sucedido, como Vereador e Deputado, graças a esse povo que lhe ouve todos os dias, e creio que esse mesmo povo, Algaci, sente-se feliz em ver hoje aquele menino que percorria as ruas vendendo bananas, hoje assume o posto maior da Capital do Paraná. Eu creio que é um orgulho de todos os paranaenses, ou é o desejo de todo o cidadão paranaense ser prefeito pelo menos um dia desta bela Capital de todos nós do Paraná.

Parabéns à Bancada do PDT, e espero que seja feliz nesses 15 dias e que volte muitas vezes a ser prefeito de todos os curitibanos.

Por outro lado, nós queremos e estamos solidários ao trabalhador brasileiro que ontem esperava por um resultado da política salarial, que para mim já é uma vergonha nacional o trabalhador que ganha esse salário de miséria, que vem sofrendo privações, fome neste País, nós pensávamos que ontem teríamos a solução e nada foi resolvido. Para realinhar os preços de mercadorias com o salário congelado em apenas uma reunião foi resolvido, e o salário do trabalhador reúne-se, reúne-se e nada se resolve.

Portanto, nós pedimos às autoridades federais que resolvam o quanto antes o salário do trabalhador brasileiro que vem sendo massacrado a cada dia que passa, pois o Governo Federal realinhou aquilo que o trabalhador põe na sua marmita, que a dona de casa precisa mais para alimentação que são os produtos básicos: realinhou o arroz, o feijão, o óleo de soja, o ovo, o frango, e não realinhou ou não aumentou nada no salário.

Nós lamentamos essa política desse Governo que só veio sacrificar a cada dia que passa a dona de casa, o pai de família, enfim, o trabalhador brasileiro em geral. Nós estamos solidários ao trabalhador e pedimos às autoridades que se reúnam e resolvam e que dêem ao trabalhador mais condições de trabalho, mais condições de vida porque com este salário nós vamos ter cada dia mais crianças morrendo de fome, mais crianças fora dos bancos de escola e o trabalhador brasileiro morrendo aos poucos com um Governo que não ama a Nação e

só faz demagogia.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) Com a palavra a Representação do PFL.
Concedo a palavra ao Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu venho nesta tribuna em nome do meu Partido, o Partido da Frente Liberal e representar também a Bancada do PDC do Deputado Edmar Luiz Costa, trazendo a nossa palavra de manifestação de contentamento e de felicitação ao Deputado Algaci Túlio que se licencia desta Casa no dia de hoje para assumir no próximo dia 3 a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Nós sabemos que a história dos homens que governam o mundo e também do nosso País só os nobres chegavam no poder, e principalmente ainda hoje nas grandes capitais, nas grandes cidades quase que só a elite consegue administrar, com raras exceções.

Os tempos de hoje marcam uma nova época. Já vimos pelo que aconteceu na eleição passada também pessoas do povo assumindo administrações de grandes cidades e hoje nós vamos ver assumir a Prefeitura de Curitiba, o nosso colega de Assembleia, Deputado Algaci Túlio que manifestado aqui nesta tribuna, pelas suas palavras, um homem do povo, um homem que tem junto com o conhecimento que adquiriu através dos bancos escolares, também, tem a grande escola: "a universidade da vida".

Da dificuldade, do desemprego ao sucesso dos cargos, a liderança do IBOPE e agora da liderança e da ocupação do cargo da maior administração pública municipal do nosso Estado: a Prefeitura de Curitiba, figurada segundo analistas internacionais como uma das três mais belas cidades do mundo.

Nós orgulhamos como paranaenses de hoje conviver no dia-a-dia, e por força das circunstâncias, no cargo de Deputado, habitar nesta bela cidade do Paraná. E nós orgulhamos mais ainda, de ver um nosso colega assumir, embora desta feita por 15 dias, a administração pública do município de Curitiba.

Desejamos a Vossa Excelência, Deputado em nome do meu partido e do PDC, todo o sucesso para que durante esses 15 dias fique marcado na Prefeitura de Curitiba a sua capacidade de homem do povo em administrar um município como este.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra o PDC. Com a palavra o Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Todos sabemos que Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado é um homem extremamente vaidoso e egóista e que tem uma paixão desenfreada por fazer publicidade em torno de seu nome e das obras que não realizou, como se fossem suas. É tão vaidoso que se dá ao trabalho de fazer, no exterior, implante de cabelo e a operação apesar de ter dado numa bicoloridade dos cabelos, como acentuou o jornal "O Estado de São Paulo", tem sido objeto de apreciação de vários jornalistas pelo Brasil.

Mas além de vaidade, de egoísmo, de praticar injustiça contra o funcionalismo, de praticar o ódio contra o funcionalismo e contra os outros poderes, Sua Excelência, quando participa de um ato oficial, inaugurando obras que muitas vezes não realizou apenas inaugura, tem o costume de esquecer de citar os verdadeiros realizadores da obra.

Fez isso em Ponta Grossa recentemente e hoje ao lado do Ministro dos Transportes, o homem da ferrovia Norte-Sul, devem os dois, em conjunto, terem praticado mais uma injustiça. Fala-se em toda a imprensa brasileira a respeito da ponte de safena feita pela Rede Ferroviária Federal que nós chamamos de "desvio Ribas", em Ponta Grossa, retirando do centro da cidade as composições ferroviárias e facilitando o tráfego ferroviário entre o Norte do Estado e o Porto de Paranaguá. Obra de capital importância.

Mas as pessoas que realmente iniciaram os trabalhos e que trabalharam para que isso fosse realizado, não estão presentes hoje nas festas de inauguração. O primeiro a levantar essa bandeira foi o ex-Prefeito Otto Cunha que andou de repartição em repartição, batendo de porta em porta no Governo Estadual do Paraná e principalmente em Brasília, junto ao Governo Federal, encontrou de saída, o apoio do ex-Governador João Elísio, peças importantes para que a obra fosse realizada.

Do mesmo modo, apesar de pertencer a outro partido, não podemos negar que nesta obra, há também a participação do atual Senador Afonso Camargo, então Ministro dos Transportes, que deu empenho muito grande para que se realizasse o desvio Ribas.

Não podemos esquecer também, a participação do então Secretário da Administração e posteriormente, Chefe da Casa Civil José Olympio de Paula Xavier e do Engenheiro Paulo Munhoz da Rocha, então Superintendente da Rede Ferroviária Federal S.A., no Estado do Paraná.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu me inscrevo em aparte a Vossa Excelência.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Vossa Excelência tenha paciência, que quando for necessário, eu darei o aparte. Vossa Excelência mantenha a ética parlamentar e permaneça calmo e no momento oportuno conversaremos.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Essa ética eu peço a Vossa Excelência.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. É lamentável que essas pessoas não estejam presentes à solenidade hoje, em Ponta Grossa, provavelmente, e mais do que isso, não sejam lembradas, como o Governador não lembrou de outras pessoas em outras obras que realizou, muitas das quais, realizou 20, 30% no máximo, da obra que ele já encontrou encaminhada pelos governos anteriores.

Eu lamento profundamente, porque quando os homens públicos merecem ser lembrados, a memória tem sido bastante curta em todo o Brasil, mas mais curta ainda, no Estado do Paraná.

Quem sintoniza um canal de televisão no Estado do Paraná, tem a nítida impressão de que este Estado não existia antes da posse do Senhor Alvaro Dias, de que éramos um aglomerado de gente. O Estado sem estradas, sem casas populares, sem indústrias e que tudo aquilo que foi construído pelos nossos antepassados, é obra do atual Governo, um engano, mas que o povo já está começando a saber distinguir. Enquanto o povo espera obras, a televisão vai mandando imagens e mais imagens, e os erros da administração estadual, esses não são divulgados. Extinguiu-se a Secretaria da Indústria e do Comércio e hoje a imprensa focalizou que há dias atrás, empresários até do exterior, não conseguem contato com um funcionário sequer do Governo do Estado do Paraná para tratar do assunto de industrialização. Lamentável para um Estado como o Paraná, que está em processo de industrialização e que tende a aumentar essa industrialização.

Em compensação, o atual Governo mantém a Secretaria Especial de Habitação que nem recurso possui, pois ela é meramente uma reivindicação de recursos junto aos organismos do Governo Federal. Seria bem fácil extinguir o que não existe, que é a Secretaria Especial de Habitação e deixar que os recursos fossem alocados diretamente pela Caixa Federal, aplicados pelas Prefeituras e pelos próprios que o Governo Estadual já possui, independentemente da existência da Secretaria do Bem Estar Social, e que se aproveitasse o correto Secretário de Habitação que o Paraná possui, num cargo de maior expressão, para fazer justiça à sua inteligência e ao seu trabalho, mas, principalmente para fazer justiça ao povo dos Campos Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, a representação do PDT. Está com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero aproveitar o espaço da Liderança do PDT para dizer com relação à CPI que nós estamos ...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Eu gostaria de consultar ao Senhor Presidente se após a votação que fizemos há pouco, concedendo a licença ao ilustre Prefeito Municipal Algaci Túlio, ele ainda pode usar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A licença é a partir de 3 de abril.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Obrigado pela informação, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Tenho certeza que o Deputado Artagão não fez isso com a intenção de não permitir que usasse da palavra, mas apenas para um esclarecimento, não é, Deputado?

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu tenho prazer ouvi-lo. Até aplaudi há pouco.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu sei disso, Deputado. Obrigado!

Apenas para dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados que a Comissão Parlamentar de Inquérito que visava apurar as denúncias a respeito do esporte no Paraná, através do seu Presidente Raul Lopes, deu um Parecer que eu como solicitante desta CPI, não concordo. E, por esta razão, estou encaminhando anexado à CPI o meu Parecer, com voto em separado, que está anexado em 5 (cinco) laudas, dizendo o porquê não aceito aquele Parecer.

E pedindo para que esta CPI seja mantida aberta para que possamos, na complementação dos trabalhos, esclarecer uma série de dúvidas, inclusive um pedido de informações que encaminhei já no início da semana à Presidência da Casa para que nos fossem dados alguns esclarecimentos em função do dinheiro do Banco do Estado que foi aplicado na construção do Pinheirão, o trabalho feito pela SANEPAR. Enfim, uma série de irregularidades que existem dentro do Pinheirão. (Lê):

REQUERIMENTO

Para: Deputado Raul Lopes, Presidente da C.P.I., destinada a apurar as denúncias de corrupção no Futebol Paranaense.

De: Deputado Algaci Túlio.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições como integrante da Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura as denúncias de corrupção no Futebol Paranaense, REQUER da Presidência da mesma, a anexação, ao processo, do volume de subsídios sobre o "caso Pinheirão", entregue em mãos do Deputado Raul Lopes, pelo jornalista Ernesto Costa de Souza.

O volume em questão contém um plano de ocupação do imóvel destinado à construção do estádio, que poderá viabilizar a obra.

Sala das Comissões, em 06.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO,
DESTINADA A APURAR DENÚNCIAS DE
CORRUPÇÃO NO ESPORTE DO PARANÁ.

VOTO EM SEPARADO

A requerimento de nossa autoria, em 07 de outubro de 1987, foi instalada Comissão Parlamentar de Inquérito com o fim de apurar denúncias de corrupção no esporte do Paraná. A CPI, desenvolveu seus trabalhos por cerca de um ano. Muitas pessoas foram ouvidas, documentos foram apensados ao processo e, finalmente o Presidente da mesma, Deputado Raul Lopes, exarou Parecer com o qual, em parte, discordamos. Razão pela qual passamos a exarar o presente "Voto em Separado", nos termos seguintes:

Quando requeremos a formação de uma CPI, visando apurar denúncias da imprensa sobre a corrupção que campeava no futebol paranaense, por ocasião do certame de 1987, antevíamos as dificuldades que seriam colocadas à frente, em especial as irregularidades com o estádio do Pinheirão. É notório que, desde a assunção do Senhor Onaíres Rolim de Moura na Presidência da Federação Paranaense de Futebol, no começo de 1985, o Pinheirão ganhou destaque na imprensa por ser considerado uma obra simplesmente utópica e repleta de dúvidas. Havia, além do envolvimento de muita gente, também um problema pendente no Poder Judiciário (uma Ação que redundou no Acórdão nº 3078, da 3.ª Câmara Cível), envolvendo tanto a Federação Paranaense de Futebol como o Banco do Estado do Paraná, referente a reclamação de herdeiros proprietários das áreas onde a obra era erigida. E o dirigente da entidade esportiva tinha conhecimento disso. Ainda assim deu início a sua "bravata". Desobedeceu leis municipais e outros entraves que nenhum outro de seus antecessores teve atrevimento, reenvolvendo mais tarde, de forma acintosa, o próprio BANESEADO através de permutas e outras negociações para quitar uma dívida antiga. Isto tudo em desacordo

com a legislação pertinente.

Evidentemente, fazer-se provas de aplicações de numerário público em prol da construção do Pinheirão não é algo praticamente impossível. Ninguém de área fazendária municipal, estadual ou federal deixaria rastros para estourar no conhecimento da população. (assim tem sido todas as CPIs até aqui). Ninguém do governo seria ingênuo para chegar a tal ponto, mesmo que a impunidade neste país tenha sido uma constante. Ademais, quais doações seja em dinheiro ou bens, passam pelo "crivo" do Poder Legislativo. Nada disso foi feito, o que demonstra ao menos a aparente caracterização de má fé. Daí a razão de um melhor esclarecimento da parte responsável, seja BANESEADO ou Governo, ou quem de direito para responder pelos atos verificados. A verdade, bem ou mal, é que dinheiro público foi canalizado em favor da Federação. Haja vista que no depoimento prestado pelo representante da instituição bancária, ficou a assertiva em tom pouco esclarecedor. A FPF por sua vez, tentou desmentir ao alegar nada receber. Laconicamente, o presidente da entidade afirmou que as verbas recebidas foram referentes ao pagamento de publicidades feitas no estádio (placas), como fazem outras instituições, empresas e firmas que mantêm tal tipo de propaganda. Há de se perguntar:

- a) Existe tabela fixa de preços para publicidade na obra?
- b) Quais seus valores? São de acordo com as dimensões?
- c) Há contratos celebrados? Quais os prazos?
- d) Como foi contabilizado o pagamento?

As respostas acima devem ser precisas. Deve haver igualitarismo nas condições contratuais. Exemplifiquemos: sabe-se que o banco concedeu verbas vultuosas (aqui no caso, conforme noticiou a imprensa, na ordem de dois e meio milhões de cruzados antigos - muito dinheiro na época). E as outras empresas que têm publicidade, acaso pagaram preços equitativos? No caso afirmativo, de acordo com o número de empresas que fazem a propaganda no estádio, a Federação deve estar faturando alto!

Assim, não há motivo para a entidade recorrer ao Poder Público com pedidos de auxílios.

Pelo acima exposto, nota-se perfeitamente que houve malversação do dinheiro recebido, e que foi aplicado na obra. Com que a razão?

ASPECTO LEGAL

Quanto a legitimidade do Pinheirão isso já ficou evidenciado. O retorno do imóvel ao próprio Município é o caminho mais

viável (como preceitua a Lei 3583). O legislado não faculta transferência ou negociação do imóvel. É claro e irreversível. Desta maneira, jamais a Federação poderia "transferir" encargos a terceiros (no caso o Clube Atlético Paranaense, que chegou ao cúmulo de transferir sua sede para o Pinheirão), mesmo com a aprovação de uma Assembléia Geral do Conselho Arbitral de seus filiados. Não havia amparo legal para isso. A lei não permitia.

Igualmente, não havia amparo na Lei 4900 (autorização de hipoteca), pois a lei primitiva vedava negociação. A 4900 foi criada mais com o intuito de ajudar a construção como mera "colaboração" que, mais tarde, constituiu-se num "presente de grego". A autorização da hipoteca gerou toda a polêmica a ponto de ocasionar uma ação judicial, ganha pela parte apelante.

Levando-se em consideração que o BANESTADO já recebeu pelo menos parte de seu crédito (na ordem de 10% dos 750 mil dólares), e que também foi apenado pelo Acórdão nº 3078, deduz-se ser impraticável o prosseguimento do estádio sob sua responsabilidade. Ficaria com o domínio do Poder Público (Prefeitura ou Governo do Estado, pois ambos se configuram no problema. A Prefeitura, em face dos termos da Lei; o Governo, devido o envolvimento direto do Banestado).

ASPECTOS DUBIOS

Ante os acontecimentos, ficou claro o descrédito e a incompetência da Federação Paranaense de Futebol perante a comunidade. Ninguém acredita nela. O fato de ter vendido "x" número de cadeiras e camarotes não representa ser ela a lúdima proprietária.

Não obstante o já decidido por esta Comissão, ainda assim a FPF, através de seu presidente, continua a nos desafiar, num flagrante desrespeito a esta Casa Legislativa e ao público. As propagandas, caríssimas, continuam sendo feitas a peso de ouro em rádios, jornais e tevês. Panfletos estão sendo espalhados na cidade, sem indicar os responsáveis. Muita gente está sendo incautamente envolvida. São os "tais" corretores que picareteiam a venda de cadeiras cativas. Muitos funcionários devem estar sendo pagos. Por quem? Onde está o responsável ou responsáveis? Por que não ouvi-los? Tudo, absolutamente tudo vem esvaziar o "superavit" da FPF. Superavit, entre aspas, pois os cofres da entidade certamente estão reduzidos a zero. Prova eloqüente foi a realização recente do Torneio Início, que teve um fracasso total apesar de receber a ajuda da Secretaria do Trabalho, a qual, dizem, andou destinando auxílios às prefeituras em fa-

vor dos clubes para pagamento de locomoção à Curitiba. Uma vergonha, que também deve ser esclarecida.

A quem compete a culpa?

Esta Casa é, de forma indireta, a grande culpada pelos desmazelos de uma entidade esportiva. Ela é a lúdima representante do povo... e o povo está sendo novamente envolvido.

A Federação é useira e vezeira neste tipo de promoção. As mentiras continuam e urge o posicionamento deste Poder no que tange a moralização. Não se pode simplesmente arquivar um processo pelo fato de "falta de provas".

A verdade deve ser esclarecida.

Depois de ouvidos tantos personagens que deram valiosos depoimentos, não se pode enveredar pelo lado da esquiwa. Seria desmoralizante, ridículo até.

A seqüência dos trabalhos é inevitável. Muita coisa não foi esclarecida. Por exemplo.

A Câmara Municipal de Curitiba não foi inquirida a respeito. Ela tem engavetado um pedido feito por nós, no ano de 1985, até hoje sem resposta.

Ela (a Câmara Municipal) é a raiz da história do Pinheirão. Analisemos suas origens, devida e detalhadamente.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, por sua vez, prestou vago esclarecimento sobre a situação do imóvel do Pinheirão. Houve omissão quanto a origem da doação.

A Prefeitura teve, em 1969 (gestão Omar Sabbag), uma Notificação Judicial movida contra si sobre o domínio das áreas existentes no bairro do Tarumã. A Federação Paranaense de Futebol também fora notificada. Ambas não deram atenção à Justiça, e assim gerou-se a confusão com a sanção da Lei 3.583, mesmo que houvesse uma ação em Juízo.

Igualmente, herdeiros interessados na questão deixaram de ser ouvidos na CPI, cujos depoimentos certamente seriam importantíssimos. Tudo poderia ser elucidado e, assim, contaríamos com preciosas e precisas informações.

CONCLUSÃO

Por natureza o Banestado é um órgão ligado diretamente ao Governo. Isso possibilita compor-se com ele no que diz respeito a seqüência da obra.

Desta forma, há condições de chegar-se a um termo. Inclusive o de anistiar-se a obra, caso o Governo assumo o empreendimento por se tratar doravante de uma obra pública e não privada.

Estaria desembaraçado o problema das dívidas da FPF, que ficaria apenas com o encargo do futebol no estádio. A conclu-

são da obra seria pública na criação de um centro esportivo, com a colaboração do próprio Banestado. É a forma prática e racional. Limpar-se-ia, definitivamente, a grande interrogação de dúvida que foi e é o Pinheirão.

Por fim, é necessário que reativemos os trabalhos desta CPI, a fim de que possamos colher os reais objetivos da mesma. Se confirmarem-se as corrupções, sejam os culpados punidos. Não podemos pactuar com resquícios que ficaram no ar. Os demais esclarecimentos são prementes.

Agora, se eventualmente não forem apurados os fatos derradeiros, daí, sim, poderemos dizer que nossa missão foi infeliz. A intenção da reabertura da CPI não é apenas com o escopo de tirar dúvidas. Se há corrupção ou não, o mais importante é o respeito ao público que merece uma satisfação. A verdade é que o Pinheirão ficou encravado em especulações e manteve uma frustração por longos anos. A salvação do estádio é uma necessidade. Prioritária, aliás, pois foi o estopim de um escândalo que chegou a enodoar o futebol paranaense a ponto de passar pelo "batismo" de uma CPI.

Ouçamos as demais partes. Só assim chegaremos a uma definitiva conclusão. O que não se pode é permitir a perduração desse estado de coisas.

É a nossa reivindicação e é o nosso Voto em Separado, por não aceitarmos o Parecer pelo arquivamento desta CPI.

Sala das Comissões, em 06.03.89.

(a) ALGACI TULIO

Anexo: Comproverantes de promoções que vêm sendo realizadas ilegalmente pelo Pinheirão.

PINHEIRÃO CADEIRA PERPETUA PROMOÇÃO ESPECIAL

ANEXO CLUBE DE SAÚDE, com Salas de Ginástica (aeróbica-ritmíca-jazz-executiva etc) 4 Quadras de Squash, Judô, Karatê, Musculação, Cooper, Bares, Sauna Fem. e Masc. etc.

PINHEIRÃO/BOM/P/VOCE
BOM P/SUA FAMÍLIA

INFORMAÇÕES E VENDAS
FONE: 226-1259

RUA MAL. DEODORO, 497 - 7º ANDAR CJ.74/76
CURITIBA - PARANÁ
(a) MONICA e ELIANE
CORRETOR Nº

O folheto não informa o nome da concessionária da Federação Paranaense de Futebol. Apenas dá o endereço e o telefone. Afinal, quem é o autor dessa "Promoção

Especial?"

Atente-se para as vantagens oferecidas.

Sem comentários.

PINHEIRÃO ESTÁ UM LIXO

O torneio início serviu para provar que o Estádio Pinheirão, não tem a mínima condição de sediar qualquer tipo de competição. O gramado está em péssimo estado. O acesso para as cobertas, completamente enlameado. Já no sábado, no portão que dá acesso às tribunas e às cabines de rádio, as catracas não giraram, sobrando um pequeno espaço para os que por ali passavam. Os banheiros estavam uma vergonha, dando a impressão que ninguém os cuidou desde o ano passado. No domingo, ninguém tinha as chaves para abrir os vestiários e os primeiros clubes que chegaram, tiveram que trocar de roupa na cantina do Pinheirão. As cadeiras das cabines de rádio, estavam cobertas de pó e foi só depois de uma bronca do presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná, Lombardi Júnior, que foi servido um café para os locutores que estavam trabalhando desde uma hora da tarde. A iluminação estava péssima, já que muitas lâmpadas não acenderam, prova de que os refletores não foram testados, mesmo sabendo a Federação Paranaense de Futebol, que o estádio teria jogos noturnos no sábado e no domingo. Enfim, tudo o que se pode imaginar de horrível num estádio de futebol, o Pinheirão multiplicou por dez. Uma verdadeira pocilga, que revoltou todos os torcedores que fizeram o sacrifício em ir até o Tarumã, ver o ridículo torneio início.

QUE VERGONHA

Eram 19 horas de sábado, quando o telefone da cabine da Rádio Clube no Pinheirão, tocou. Era o gerente do Hotel Ouro Verde, que não queria aceitar as delegações do Londrina, Maringá e Apucarana, sem o depósito de um cheque para pagamento das diárias. Moura, foi ao telefone e disse: "Sou eu o Moura, quem está autorizando, vocês não acreditam em mim?" a voz do outro lado: Não!

BELOS BANHEIROS

Descobriram porque o Moura não levou sua família ao Pinheirão para ver o ridículo Torneio Início:

Como tinha jogo a tarde inteira, até a noite, o Moura correria o risco de ter que mostrar a alguém de sua família os banheiros do estádio.

Estavam uma vergonha. A imprensa do interior do estado, ficou horrorizada.

REQUERIMENTO

PARA: Deputado Raul Lopes, Presidente da CPI, destinada a apurar as denúncias de corrupção no esporte do Paraná.

DE: Deputado Algaci Túlio.

O Deputado que este subscreve, na condição de membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar denúncias sobre a corrupção no esporte do Paraná, REQUER, pelo presente, as providências necessárias, por parte da Presidência da Comissão, para o encaminhamento legal dos seguintes

PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

1 - Pedido de Informações a ser dirigido ao Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, com base nas informações contidas no processo e que exigem melhores esclarecimentos:

a) o BANESTADO autorizou e liberou empréstimo para a Federação Paranaense de Futebol, para atender a construção do Estádio do Pinheirão?

b) se positiva a resposta ao item anterior, pergunta-se:

1 - Em que época houve a transação?

2 - Qual o montante do empréstimo?

3 - Quais as garantias oferecidas pela Federação?

4 - Qual a forma de amortização?

5 - Qual o prazo para amortização?

6 - Quais os compromissos já saldados e quais os ainda pendentes?

7 - Se existem compromissos pendentes, em que situação se encontram?

c) Se não houve empréstimo, houve alguma outra forma em que a Federação foi beneficiada, envolvendo o Estádio do Pinheirão?

2 - Pedido de Informações a ser dirigido à Federação Paranaense de Futebol, visando a elucidação de pontos obscuros existentes no processo:

a) A Federação efetuou algum empréstimo a favor da construção do Estádio do Pinheirão?

b) Se positiva a resposta ao item anterior, pergunta-se:

1- Através de qual estabelecimento bancário?

2 - Qual o montante do empréstimo?

3 - Sob quais encargos foram assumidos tais compromissos?

4 - Houve o oferecimento de alguma forma de garantia no cumprimento das obrigações, por parte da FPF? Quais?

5 - Em que situação encontra-se, atualmente, a transação?

6 - Houve alguma forma de composição, que o não pagamento, se houve especificar.

3 - Pedido de Informações a ser encaminhado à Prefeitura Municipal de Curitiba, considerando a existência de Lei mencionada no processo:

a) - o Município de Curitiba doou área, do Patrimônio Público Municipal, destinada à construção de Estádio do Pinheirão?

b) - Se positiva a resposta ao item anterior, pergunta-se:

1 - Quais as características do imóvel?

2 - Qual a lei que autorizou a doação?

3 - Existem, na lei, cláusulas condicionantes, que gravam a doação? Quais?

4 - Tais cláusulas, se existentes, impunham prazos, além das condições? Os mesmos já expiraram?

5 - Se já expiraram os prazos, quais as providências tomadas para o cumprimento da Lei, se esta não foi atendida pela FPF?

6 - O Município tem conhecimento de transações, feitas pela FPF com entidades particulares, envolvendo o imóvel destinado à construção do Estádio do Pinheirão?

Sala das Comissões, em 06.03.89.

(a) ALGACI TULIO

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Consultamos a Liderança do PSDB se fará uso do seu horário. Com a palavra o Deputado Dirceu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, trago conhecimento da Casa os termos da ação popular que ingressei contra o Governador Alvaro Dias, no sentido de que a publicidade do Governo do Estado seja adequada ao que determina a Constituição Federal.

É bem verdade que a Constituição não proíbe a publicidade. Ela determina tenha caráter educativo, informativo. Não proíbe taxativamente a promoção pessoal dos governantes. É neste sentido que estou invocando o Poder Judiciário, que assim faça e assim se cumpra.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu me inscrevi num aparte de Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pois não, logo adiante eu lhe concederei, com muita satisfação, o aparte que Vossa Excelência solicita. Por que a ação popular? Além da fundamentação jurídica, existe uma fundamentação maior ainda. É o clamor público, é o clamor do povo, das gentes, das pessoas, que questionam os Deputados e perguntam: "Senhores Deputados, por que tanta propaganda?"

Este povo simples, da rua, cita a Constituição, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e quando o povo começa a citar

a Constituição, estamos no caminho certo. Não tenho testemunho ao longo de toda a vida pública, dos anos anteriores, de que o povo citasse a Constituição. Bons tempos estes, em que o povo fala da sua Constituição, do seu direito, da consciência da cidadania! E neste aspecto, este clamor público se soma à fundamentação jurídica, para que esta ação popular seja julgada procedente e este clamor público se transforme no crédito à Constituição, às leis, no crédito à sua cidadania. É esta a nossa pretensão. Nada vai de pessoal ao Senhor Governador Alvaro Dias. Apenas a fundamentação jurídica e política do fato.

Em pouco mais de 40km na rodovia da morte existem 38 placas com o nome, com a promoção pessoal do governador.

Ainda ontem a "Gazeta do Povo" publicava um balanço do Banco do Estado, se não me engano, ou de uma estatal com símbolo que também é proibido pela Constituição, do Governo do Estado. Já não aparecia o nome "Governo Alvaro Dias", mas existe o símbolo que também é proibido.

A nós Deputados cabe o dever de cumprir a Constituição. E quando ela não é cumprida, se a nós não cabe, o poder que tem o Judiciário de assim determinar, é lá naquele poder que nós temos que ir e assim procedi.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan, quando Vossa Excelência entra com uma ação popular contra o governo Alvaro Dias em relação à promoção pessoal, acho que nós tínhamos que reviver os governos anteriores. É evidente que está respaldado por uma nova Constituição. Mas Vossa Excelência poderia requerer, como parlamentar que é, e que tem esse direito, do que foi gasto nos governos anteriores com relação à imprensa do Paraná.

O que eu posso afirmar nesse momento é de que o Governo Alvaro Dias, as emissoras de rádio do interior, os pequenos jornais que sobrevivem às pequenas dificuldades, têm recebido na sua mídia da Secretaria de Comunicação também o atendimento do governo.

E quando nós que vivemos no interior, não tínhamos isso nos governos passados. E hoje através dos diretores das rádios do interior, eu tenho conversado, a comunicação social do governo tem prestigiado os pequenos jornais e as emissoras de rádio do interior sem discriminação.

O que eu poderia lhe reafirmar ainda, quando Vossa Excelência fala dessa ação popular contra o governo que está gastando absurdos com a promoção pessoal. Mas nós temos que ver também estampado pela imprensa quando o Governo levanta o escândalo

do do Banco Del Paraná e cobrando dos responsáveis a devolução do dinheiro do povo paranaense, Vossa Excelência talvez por pertencer na época na Casa Civil não levanta este fato fazendo justiça ao governo Alvaro Dias.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Para encerrar, Senhor Presidente.

Nobre Deputado, não me permite o tempo lhe dar uma resposta mais aprofundada, eu quero lhe dizer o seguinte: o Deputado Felinto propõe um pedido de informações sobre os gastos em publicidade com o governo Alvaro Dias e o governo José Richa.

Eu quero dizer que em nome da transparência que o PSDB tem, a bancada vai votar favorável a esse pedido de informação e, espero que a bancada do PMDB vote favorável e nós ficaremos sabendo quanto se gasta em publicidade. Nós não temos nenhum constrangimento em mostrar os gastos do Governo José Richa.

(Tumulto, conversas paralelas) ...

Em nome da transparência vamos começar a saber as coisas que acontecem neste governo, que não seja apenas os gastos com a publicidade, que nos informem quantas obras estão paradas, no Paraná, que nos informem sobre a venda das ações da Petrobrás, que foi um péssimo bom negócio para o Governo. Vamos aprovar isso, se a bancada do PMDB mostrar transparência, conta com o nosso entusiasmo e com o nosso apoio!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está com a palavra a representação do PMDB.

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados que irão compor a Comissão de Investigação do BADEP: A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado Leônidas Chaves como representante da Bancada do PFL, na Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará as irregularidades ocorridas no BADEP. A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando licença para afastamento de suas atividades parlamentares, para atender o compromisso legal de vice-

-Prefeito eleito em Curitiba, assumindo a chefia do Poder Executivo Municipal, em decorrência do afastamento, no período compreendido entre 03 a 17 de abril, do Prefeito Jaime Lerner. Aprovado.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 59/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 59/89, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 35/89), que dispõe sobre a contratação de servidores para atender temporária necessidade de serviço, da administração direta, indireta e funcional, de qualquer dos poderes do Estado do Paraná. Com PARECER pela Comissão Geral da Assembleia, conforme requerimento aprovado do Deputado Cândido Bastos. (Publ. no DA. nº10, de 20.03.89, Mensagem).

Em votação o Projeto.

Senhores Deputados que o aprovam, com Parecer do Deputado Cândido Bastos, que será lido em Plenário.

O Sr. Cândido Bastos- (Lê o Parecer da Comissão Geral ao Projeto de Lei 59/89). Parecer Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Lindolfo Júnior, Parecer da Comissão de Finanças.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Lê o Parecer da Comissão de Finanças). Parecer Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Parecer da Comissão de Recursos Humanos, Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Lê o Parecer da Comissão de Recursos Humanos). Parecer Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso, para discutir.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, há poucos dias

telefonei ao Senhor Diretor do DETRAN, Jesus Sarrão, eminente integrante do Ministério Público do Paraná, e reclamando providências daquele órgão, no que diz respeito ao funcionamento da 18.ª CIRETRAN, de Nova Esperança. Os serviços da CIRETRAN de Nova Esperança andam mal há muito tempo, e não há providências, não se regulariza; os documentos ficam engavetados; não se resolve; quando se manda para Curitiba é 30 dias depois, a coisa está feia! E, eu falando com o Doutor Jesus Sarrão e me permiti telefonar-lhe, porque o conheço, e ele me disse: "Olha Deputado Basílio está difícil de dar solução, porque nos falta gente, temos que fazer algumas contratações, admissão de algumas pessoas.

Portanto, quero fazer um testemunho de que alguns setores da administração pública, realmente reclamam a presença, não sei se de novos funcionários, mas de alguns funcionários.

Mas eu quero, e ao pedir a inscrição, Senhor Presidente, para falar acerca, agora, na 1.ª Discussão, sobre a constitucionalidade do Projeto nº 59, oriundo da Mensagem do Senhor Governador, para posicionar-me contrário ao parecer quanto a sua constitucionalidade, porque o artigo 37, da Constituição atual, Constituição Federal, diz: (Lê o artigo 37):

O entendimento deste Deputado, que quando a Constituição Federal diz que a lei estabelecerá os casos de admissão, a lei vai dizer certamente quantas pessoas devem, podem ou necessitam ser contratadas para o serviço público, quais os órgãos a serem atendidos, qual o vencimento e o regime de trabalho? Nada disto. Apenas o pedido do Senhor Governador é para que ele seja autorizado a contratar para casos de excepcional interesse público.

Quem é que falou que é excepcional interesse público? A lei, que deve dizer e que nós não votamos, ou mesmo a lei complementar federal que não existe. Portanto, data vênha discordo do ilustre Relator, sobre o aspecto constitucional da matéria, além da oportunidade que pede esta Casa, em tornar as coisas transparentes no Governo do Senhor Alvaro Dias, que é um dos candidatos do seu partido à Convenção que lançará o futuro candidato à Presidência da República, e nisso eu parabeno o Senhor Governador em pleitear, em disputar esse espaço a nível nacional com Ulisses Guimarães e outros tantos, e nesse governo de transparência é preciso que se faça concurso público.

Por que não fazemos concursos públicos agora com publicidade, dando oportunidade às pessoas competentes, capazes para o ingresso no serviço público, somente os apauzados, porque ainda diz a lei que o contrato não poderá ultrapassar o ano ci-

vil, e em seguida diz que será permitida uma única renovação do contrato, quer dizer, essas pessoas contratadas em virtude desta lei, do pedido deste projeto, poderão ter seus contratos co-validados ainda por mais um ano, quer dizer, o Governo do Estado não tem dois anos, não lhe faltam dois anos.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, acho que essa é a grande oportunidade para que esta Casa, através de sua bancada, da liderança de sua bancada que é majoritária, mantenha contato com o Senhor Governador do Estado e que se agilize, se providencie com urgência a forma constitucional, moral, legal, de se admitir mais funcionários no Estado, fazendo os seus concursos públicos.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, este posicionamento nosso que é o da nossa bancada e pediu-me o ilustre Líder da nossa Bancada o Deputado Antônio Costenaro que assim nos manifestássemos, pois é o desejo do nosso partido, da nossa bancada, e desta forma votaremos contrariamente à aprovação da Mensagem que se discute.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Em votação. Com a palavra o Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Novamente estamos aqui a dar interpretação à Constituição. O artigo 37, 9º, é muito claro: "A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público".

Na verdade o Projeto é abrangente, vai permitir ao Governo e aos demais poderes contratar por tempo indeterminado, basta renová-lo e o mais grave: vai permitir que o Executivo contrate pessoas até o final do seu mandato, bastando apenas fazer uma renovação dentro do ano civil.

O quanto se lutou neste País para moralizar o serviço público, quanto se falou em serviço público, quantas mensagens, quantos discursos e finalmente está substanciado na Constituição que o ingresso no serviço público é feito mediante concurso. A mensagem fala na área de Saúde, de Segurança Pública, de Educação. Por que não o concurso? Por que não rapidamente fazer o concurso e dar oportunidade para todos? Aí vem uma lei de tamanha abrangência sobre a argumentação da necessidade, do interesse, da urgência; nós reconhecemos que o Estado, o Município e a União precisa ter regulamentado esse tipo de contratação excepcional, mas antes de tudo reconhecemos que a limitação Constitucional está como regra básica o concurso

público, que vai acabar com o fisiologismo com o tráfico, com a nomeação política, com a interferência política. Por que não fazer isto? Por que transformar a excepcionalidade na regra geral e jogarmos de novo à opinião pública a descrença na sua lei maior, que é a Constituição? Nós admitimos a necessidade do Projeto, mas ele precisa ser adequado, precisa a mensagem detalhar quais os setores, quantas contratações vão acontecer, por quanto tempo, qual serviço que vão prestar; porque detalhado isto, nós poderemos avaliar os setores que realmente têm o excepcional interesse público de autorizar as contratações e os outros bloquear esse tipo de burla ao concurso e determinar que se proceda ao concurso público, este é o caminho adequado. Razão por que a Bancada do PSBD vota contra a mensagem, porque ela não está adequada ao princípio constitucional. Nós queremos aqui que todos sejam escravo da lei maior, inclusive os governantes, principalmente os Deputados que têm o mandato popular e que sabem que o povo, como eu dizia antes, cita a Constituição, e se a cita é porque a aceita e a reconhece legítima. Vamos fazer isso, vamos exigir do Governo a transparência, agora pouco cobrada pela bancada do PMDB, essa transparência se faz informando quais os setores necessários para atender a esse reclamo do Governo, saúde, educação, segurança. Ou vamos contratar soldados sem concurso, ou vamos contratar médico sem concurso, ou vamos contratar professor sem concurso?

Será que esses setores da Polícia Militar, da Secretaria de Saúde e do Magistério concordam? Aqueles que se submeteram ao teste do conhecimento, ficarão satisfeitos? Certamente que não. Vamos dar a oportunidade para todos, vamos adequar sim o Poder Executivo com instrumento legal para contratação excepcional, mas dentro desses parâmetros de transparência e principalmente adequando ao princípio Constitucional, que não seja uma forma de burlar o concurso público.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pedro Tonelli para encaminhar a votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados: da mesma forma já manifestada pela Bancada do PSDB, o Partido dos Trabalhadores também votará o Projeto de Lei n. 59/89, de autoria do Executivo, que objetiva regulamentar a contratação temporária de servidores públicos para atender necessidade temporária de serviço.

Votamos contra, porque essa Lei, essa iniciativa de Lei é completa, e visivelmente inconstitucional. Com base, no Arti-

go 37, parágrafo 9 da Constituição Federal, aonde está dito claramente "A Lei estabelecerá os casos de contratação, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Eu não acredito que o Palácio Iguaçu não saiba interpretar a Constituição do País. Eu acredito mais, que esse foi um golpe para burlar um direito conquistado pelos trabalhadores paranaense e brasileiros, na luta constitucional do passado, o direito ao acesso ao serviço público através do concurso, através da competência, através da transparência, e o fim do compadrio, do clientilismo, e do apadrinhamento.

O que o Senhor Governador deveria ter feito, é isto que a Constituição exige, é sim, encaminhar uma Mensagem a este Poder, estabelecendo quais os casos que são de interesse público excepcional.

Ele deveria dizer nesta Mensagem, se a Universidade de Londrina precisa funcionários, para limpeza, para limpar suas paredes, e só. Ele deveria dizer se é preciso contratação temporária, para o trabalho constituinte estadual, por exemplo. Mas, não é isto que está ocorrendo. O que está correndo é, como disse muito bem o líder do PSDB, aqui nesta Casa, desta tribuna, o que está ocorrendo Senhor Governador, a exemplo do que no passado, se fez com a CLT, que era uma exceção e que se transformou na regra, agora também, o Governador do Estado, está procurando burlar os concursos públicos, e durante os dois próximos anos do seu mandato, está querendo não cumprir a Constituição, no que se refere à contratação de trabalhadores, para o serviço público. Está transformando a exceção, muitas vezes necessária, em regra geral.

Pois bem, vejamos o que diz o Artigo 1º do Projeto de Lei: "A administração pública direta, indireta, ou fundacional, de qualquer dos poderes do Estado, fica autorizada a contratar servidores, em caso excepcional, interesse público, para atender temporária necessidade de serviço".

O Artigo 2º diz assim: "A contratação a que se refere o artigo anterior se dará independentemente de concurso, e será ordenada por despacho fundamentado do chefe do respectivo Poder, que declarará após a manifestação dos órgãos envolvidos".

Então, a exceção está querendo ser transformada em regra, pelo Senhor Governador. Por isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, necessário se faz a desaprovação dessa Mensagem, porque é um descumprimento e está contrariando um princípio constitucional.

Nós não podemos, de forma alguma permitir que, mais uma vez a Constituição se-

ja descumprida. Além disso, nós não podemos mais concordar em continuarmos aprovando publicamente leis que vêm em desacordo com lutas de décadas da sociedade brasileira, viciadas pelos Regimes Militares, onde foram permitidas contratações exageradas, sem critérios, simplesmente para arrumar uma "boquinha" para os amigos, para os companheiros e para o apadrinhamento já condenado pela sociedade brasileira.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos ressaltar que há necessidade sim da iniciativa de Projeto desta natureza, mas, projeto que cumpra a Constituição Federal e que diga quais são os casos de real excepcionalidade. Em segundo lugar não podemos concordar com esta forma sutil de não se submeter à regra geral do concurso público, conquista da sociedade em geral e do funcionalismo público em especial. E reitero: a CLT do passado nos deixa marcas amargas e que, no futuro, nós não queremos ver esta prática repetida, legalizada, pela lei do Estado do Paraná.

Portanto, tanto pelo mérito quanto pelos argumentos apresentados, temos que votar contra e exigir do Executivo que encaminhe uma outra Mensagem e que especifique claramente, a bem da transparência, a bem da decência, a bem da constitucionalidade, que determine quais os casos de real necessidade de contratação temporária. Então, será analisado por este Parlamento, caso a caso e aqueles que serão julgados justificáveis aprovamos, e aqueles que não são discutiremos e se a maioria achar que não justifica, nós, através das emendas, os excluiremos.

Portanto, Senhor Presidente, esta é a posição do Partido dos Trabalhadores: somos contra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Em votação o Projeto. Os Senhores Deputados que o aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO - (Pela Ordem) Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Nós solicitamos chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETARIO (Tadeu Lúcio Machado) Procede à chamada nominal dos Senhores

Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa quer informar aos Senhores Deputados o que determina o Regimento Interno.

Artigo 176 - Nas votações simbólicas, após proclamado pelo Presidente o seu resultado, qualquer Deputado que tenha delas participado poderá pedir a verificação de votação.

§ 2º - É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.

A Mesa vai aplicar o Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados):

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)

Eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência para que descontasse os getons dos Senhores Deputados "corridos" do plenário. Aqueles que estavam presentes até agora e que se encontram não sei por que atrás da Presidência, conversando, "batendo papo" e não vêm cumprir a sua determinação regimental de votar. Inclusive o Deputado José Alves, que está ali atrás do Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) O Deputado José Alves respondeu a chamada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) As Oposições estão usando o direito da minoria da obstrução, que é tradicional nos Parlamentos. Eu estranho o excesso de zelo do ilustre Líder do PMDB, pois que apenas hoje se preocupa em descontar dos vencimentos dos Deputados ausentes. Eu gostaria que esta regra fosse permanente Senhor Presidente, nobre Líder do PMDB. Façamos desta questão de ordem que Vossa Excelência levanta um projeto de resolução e que os ausentes sempre tenham descontados os seus valores quando aqui não aparecerem.

Ressalvando entretanto que no episódio de hoje, é direito da Oposição de obstruir, este direito existe em todos os Parlamentos, desde os mais tradicionais, sempre foi assim e Vossa Excelência, conhecedor que é do Parlamento, sabe que esta é a tradição dos Parlamentos, e é um direito das minorias assim proceder.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa atendendo a questão de ordem levantada pelo ...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)

Todo direito que eu entendo por direito está escrito.

Eu pergunto ao Deputado Nereu Carlos Massignan onde está escrito que o Deputado pode se ausentar do plenário?

(Discussões paralelas).

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Vossa Excelência fez o seu aparte. Não tem o direito de interferir

Senhor Presidente, eu não me referi de Deputado ausente. Eu me referi àqueles corridos de Plenário, que estavam aqui e se ausentaram por interesse. A esses Deputados eu peço a Vossa Excelência que desconte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa vai decidir a questão de ordem do nobre Deputado Artagão Mattos Leão e do nobre Deputado Nereu Carlos Massignan.

Realmente é ilícito à Oposição se ausentar do plenário. Ocorre porém que a Oposição, os Deputados, se retiraram do plenário numa fase que não é permitida.

O Regimento Interno prevê que o Deputado que participou da votação deverá fazê-lo na verificação de votação.

Vai atender a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Artagão Mattos Leão e determina ao Senhor 1º Secretário que proceda o desconto dos Deputados faltosos na verificação de votação.

Está encerrada a discussão.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, para que se proceda, então, e se dê validade à questão de ordem por Vossa Excelência recentemente decidida, eu apresento um requerimento para votação nominal da matéria para ser registrado nos Anais, quem efetivamente está ausente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa informa ao nobre Deputado Nereu Carlos Massignan que é impossível, foi clara e definitiva a ausência de alguns Deputados que participaram da votação e não participaram, retiraram-se do Plenário por ocasião da verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Peço a Vossa Excelência, então, que não aceite o requerimento do Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - O Regimento Interno permite a votação nominal, desde que o faça por requerimento formalizado e assim foi procedido.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai atender ao nobre Deputado Nereu Carlos Massignan e vai proceder à votação nominal dos Senhores Deputados.

O Senhor 1º Secretário vai proceder...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, pela ordem, em regime de votação é lícito apresentar requerimento? Em regime de votação, cumprido rigorosamente o Regimento Interno? Porque o jurista Nereu Carlos Massignan não o conhece.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) (Vozes Paralelas) - A Mesa vai proceder à votação nominal.

O Senhor 1º Secretário fará a chamada e anuncia que procederá o desconto dos Deputados que se encontravam em plenário e que se retiraram no momento da verificação de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados para votação nominal).

Deputado Anibal Khury - sim

Deputado José Afonso Júnior - sim

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu solicito, Senhor Presidente, que os Deputados, para votar tomem os seus lugares. Que não seja lícito votar sentado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa solicita aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares e anuncia que daqui para a frente vai proceder, na verificação de votação, o desconto dos Deputados que faltarem.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Continua a chamada dos Senhores Deputados para votação nominal).

Deputado Orlando Pessuti - sim

Deputado Tadeu Lúcio Machado - sim

Deputado Werner Wanderer -

Deputado Pirajã Ferreira -

Deputado Algaci Túlio - não

Deputado Acyr Mezzadri - sim

Deputada Amélia Hruschka -

Deputado Antônio Annibeli -

Deputado Antônio Bárbara - sim

Deputado Antônio Costenaro Neto -

Deputado Artagão Mattos Leão - sim

Deputado Basílio Zanusso -

Deputado Caíto Quintana - sim

Deputado Cândido Bastos - sim

Deputado David Cheriegate -

Deputado Dirceu Manfrinato - sim

Deputado Djalma de Almeida César -

Deputado Edmar Luiz Costa -

Deputado Eduardo Baggio -

Deputado Erondy Silvério -

Deputado Ezequias Losso - não

Deputado Ferrari Júnior -

Deputado Gernote Kirinus -

Deputado Haroldo Ferreira -

Deputado Hermas Brandão - sim

Deputado Homero Oguido -

Deputado Irondi Pugliesi -

Deputado João Arruda - não

Deputado José Alves - não

Deputado José Rogério Carvalho -

Deputado José Felinto - sim

Deputado Lauro Lobo Alcantara -

Deputado Leônidas Chaves -

Deputado Lindolfo Júnior -

Deputado Luiz Alberto Oliveira -

Deputado Luiz Antonio Setti -

Deputado Luiz C. Alborghetti - sim

Deputado Namir Piacentini -

Deputado Neivo Beraldin - sim

Deputado Nelson Vasconcellos -

Deputado Nereu Carlos Massignan - não

Deputado Nestor Baptista -

Deputado Nilton Barbosa - sim

Deputado Paulino José Delazeri -

Deputado Paulo Furiatti - sim

Deputado Pedro Tonelli -

Deputado Quielse Crisóstomo -

Deputado Rafael Greca -

Deputado Raul Lopes -

Deputado Sabino Campos - sim

Deputado Valderi Mendes Vilela -

Deputada Vera Agibert -

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) 18 (dezoito) votos sim; 5 (cinco) votos não.

Está encerrada a discussão do Projeto. Não há número para deliberação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu gostaria de fazer um apelo aos Senhores líderes dos partidos minoritários para que encaminhem à Mesa a relação dos Senhores Deputados para comporem as comissões normais da Casa porque nós estamos com a Assembléia praticamente parada a nível de comissão devido a não indicação pelos Senhores líderes dos partidos, dos Senhores Deputados para comporem as comissões minoritárias, inclusive anunciar a volta dos Deputados corridos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa pode tornar a voltar a matéria desde que a volta dos Deputados dê número. É regimental e vai proceder desta maneira.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Perfeitamente, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela ordem) Senhor Presidente, o PDT encaminhou essa relação e mantém os mesmos nomes que permaneciam nas comissões anteriores. Não há alteração, apenas com alteração do Deputado Belinati para o Deputado Namir Piacentini.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - O meu apelo para aqueles que não apresentaram.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Como vota o Deputado Pedro Tonelli na votação nominal? A Mesa está consultando Vossa Excelência como vota na votação da matéria: a favor ou contra.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu estou ausente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Senhor Presidente, isso aí não é palhaçada?

Nós temos que ter responsabilidade. Quem tanto pede para se cumprir leis, cumprir regimento, agora vem o Deputado Pedro Tonelli fazer palhaçada aqui. Ele pode arrumar um circo para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Mas o Deputado Pedro Tonelli sempre esteve ausente e Vossa Excelência não estranhe.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 322/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro no Município de Atalaia-Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 31/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a COMUNIDADE DE ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES DE DROGAS - CASA DA COPIOSA REDENÇÃO-C.C.R., com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Em anexo Projeto de Lei nº 276/88, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que versa sobre a mesma matéria). Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 156/88, de autoria do Deputado Paulino José Delazeri, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARARUNA, com sede e foro em Araruna. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 166/88, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ALTO CAJURU, com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 321/88, de autoria do Deputado Cândido

Bastos, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE PALMEIRINHA, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 38/89, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que concede o Título de Cidadão Benemérito ao Doutor Fernando Campinha Garcia Cid, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 173/88, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública, o CONSELHO DE PROTEÇÃO AO MENOR DA COMARCA DE MARILÂNDIA DO SUL, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. nº 58/88, de 14.06.88.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 173/88

PARECER:

De autoria do nobre Parlamentar Valderi Vilela, o presente plano de lei visa declarar de Utilidade Pública o CONSELHO DE PROTEÇÃO AO MENOR DA COMARCA DE MARILÂNDIA DO SUL, com sede e foro no município de Marilândia do Sul.

Vemos ao estudar a referida proposta que a entidade mencionada encontra-se de acordo com as regras da Lei nº 6.994, de 10.01.78, que dita as normas para a Declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 1970, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de 1 ano e que está em efetivo exercício junto à Comunidade de modo desinteressado, ou seja, não tem fins lucrativos.

O Conselho de Proteção ao Menor da Comarca de Marilândia do Sul vem prestando relevantes obras no que tange a proteção do menor, inclusive em efetiva colaboração junto ao Juizado de Menores da referida Comarca, procurando solucionar pelo menos em parte o problema do menor, enquadrando-o junto a Sociedade, apoiando-o no seu futuro desenvolvimento.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a normal tramitação deste Projeto por esta Colenda Casa.

Pelo acima exposto, é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.88.

(aa) TADEU LOCIO MACHADO
Presidente

CÂNDIDO BASTOS
Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 173/88

PARECER:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido Parecer, o presente Projeto de Lei nº 173/88, de autoria do nobre Deputado Valderi Vilela, que visa declarar de Utilidade Pública o CONSELHO DE PROTEÇÃO AO MENOR DA COMARCA DE MARILÂNDIA DO SUL, com sede e foro no Município.

A citada entidade através da documentação anexada ao Projeto de Lei em tela, principalmente pelo Relatório de Atividades, vem realmente confirmar haver interesse para o Consumidor a sua Declaração de Utilidade Pública Estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução nº 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

JOSE ROGERIO CARVALHO

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 186/88, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA POLIVALENTE - Ensino de 1º Grau, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. nº 63/88, de 20.06.88.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 186/88

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, tem como finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA POLIVALENTE ENSINO DE 1º GRAU, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

A supra citada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para declaração de Utilidade Pública, das entidades que pretendem tal benefício.

Por tal fato, manifestamos o nosso Parecer Favorável, nos permitindo ainda opinar favoravelmente pela aprovação da referida matéria.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 186/88

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, tem como finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA POLIVALENTE - ENSINO DE 1º GRAU, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação, Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer

Sala das Comissões, em 05.12.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 189/88, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Dal'Col, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.D.C., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. nº 63/88, de 20.06.88.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 189/88

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Dal'Col, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

A supra citada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para declaração de Utilidade Pública, das entidades alvo de tal benefício.

Por tal fato, manifestamos o nosso Parecer Favorável, nos permitindo ainda opinar favoravelmente pela aprovação da referida matéria.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CAITO QUINTANA

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 189/88

PARECER:

De autoria do Nobre Deputado Djalma de

Almeida César, o Projeto de Lei em questão, visa declarar de Utilidade Pública, a Associação de Moradores da Vila Dal'Col, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. A proposta que ora vem sendo objeto de análise, encontra-se devidamente justificada, uma vez que a Entidade vem prestando, desinteressadamente, relevantes serviços à coletividade.

Assim sendo e, pelo fato de que a documentação que instrui este projeto estar dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, que dispõe sobre a matéria, somos favoráveis à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

ANTONIO COSTENARO NETO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 191/88, de autoria do Deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DO INSTITUTO VOCACIONAL E ASSISTENCIAL SANTA CRUZ, com sede e foro na cidade de Capanema. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. nº 63/88, de 20.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 191/88

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado João Arruda, tem como finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DO INSTITUTO VOCACIONAL E ASSISTENCIAL SANTA CRUZ, com sede e foro na cidade de Capanema, Estado do Paraná.

A supra citada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para declaração de utilidade pública, das entidades que pretendem tal benefício.

Por tal fato, manifestamos o nosso parecer Favorável, nos permitindo ainda opinar favoravelmente pela aprovação da referida matéria.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 191/88

PARECER:

De autoria do Nobre Deputado João Arruda, o Projeto de Lei em questão, visa declarar de Utilidade Pública a Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, com sede e foro na cidade de Capanema.

A proposta que ora vem sendo objeto de

análise, encontra-se devidamente justificada, uma vez que a entidade vem prestando, desinteressadamente, relevantes serviços à coletividade.

Assim sendo e, pelo fato de que a documentação que instrui este projeto estar dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, que dispõe sobre a matéria, somos favoráveis à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

ANTONIO COSTENARO NETO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 220/88, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO WEISS-SCARPA, com sede no Distrito Administrativo de Pinhais e foro no Município de Curitiba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Encerrada a discussão (Publ. no DA. nº 74/88, de 02.08.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 220/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, objetiva o presente plano de lei, declarar de Utilidade Pública a Fundação Weiss-Scarpa, com sede no Distrito Administrativo de Pinhais e foro no Município de Curitiba.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental, à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 220/88

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública a Fundação Weiss-Scarpa, com sede no distrito administrativo de Pinhais e foro no município de Curitiba.

A Comissão de Defesa do Consumidor ao examinar o presente Projeto de Lei, não encontrou qualquer impedimento legal em sua área de abrangência que possa impedir a tramitação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88

(aa) PAULO FURIATTI
Presidente
PAULINO JOSE DELAZERI
Relator.

Sobre a mesa, requerimento de nº 359, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 327, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 328, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 329, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 330, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 332, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 333, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 334, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 335, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 336, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 337, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 338, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 339, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 340, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 341, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 342, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 343, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 344, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 345, de autoria do

Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 346, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 347, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 350, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 351, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 356, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 360, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 361, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 362, de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 363, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 364, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 366, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 353, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 354, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 322/87, 31/88, 156/88, 166/88, 321/88 e 38/89.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 173/88, 186/88, 189/88, 191/88, 220/88 e 59/89.

Levanta-se a sessão.